



Aos dezanove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e cinquenta e dois minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (PS) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

A Sra. Vereadora Rute Isabel Ramos Perdigão (PPD/PSD) esteve presente em substituição da Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 e 6.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto da Ata n.º 06/2023 - Reunião ordinária de 22 de março de 2023**
 - 2. Projeto da Ata n.º 07/2023 - Reunião extraordinária de 30 de março de 2023**
 - 3. Deliberação n.º 830/2023 – Proposta n.º 35/2023 – GAP – Empreitada – CLPQ 04/2020 – “Museu de Setúbal - Recuperação do Convento de Jesus - Alas Norte e Nascente” - Ratificação do despacho do Presidente da Câmara de 12/07/2023, sobre o pedido de revisão extraordinária de preços**
 - 4. Deliberação n.º 831/2023 – Proposta n.º 36/2023 – GAP – Contratação para “Aquisição de viatura de lavagem de contentores” para os Serviços Municipalizados de Setúbal - Autorização prévia para assunção de encargos**

- plurianuais decorrentes desta contratação - Delegação de competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar*
5. *Deliberação n.º 832/2023 – Proposta n.º 37/2023 – GAP – Acordo de colaboração para a cedência de espaços no âmbito da jornada mundial da juventude*
 6. *Deliberação n.º 833/2023 – Proposta n.º 38/2023 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do “Projeto de Alterações Industriais na ASCENZA Agro, S.A.” - Freguesia do Sado*
 7. *Deliberação n.º 834/2023 – Proposta n.º 39/2023 – GAP – Moção Solidariedade com o Povo Sarauí*
 8. *Deliberação n.º 835/2023 – Proposta n.º 05/2023 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Lallemand Portugal”*
 9. *Deliberação n.º 836/2023 – Proposta n.º 392/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à renovação do licenciamento Microsoft - Concurso Público n.º 11/2020/ DAF/DICOMP/SECOMP*
 10. *Deliberação n.º 837/2023 – Proposta n.º 02/2023 – DCTUR/DITUR – Projeto “Enoturismo – Um mosaico de experiências” – Comparticipação financeira à Rota de Vinhos da Península de Setúbal*
 11. *Deliberação n.º 838/2023 – Proposta n.º 03/2023 – DCTUR/DITUR – Pavilhão Enogastronómico - Feira de Sant’iago 2023: taxa de participação*
 12. *Deliberação n.º 839/2023 – Proposta n.º 396/2023 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste direto n.º 185/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços para contratação de artistas, backline e equipamentos vídeo no âmbito da Feira Santiago 2023 - Abertura - Ratificação de adjudicação*
 13. *Deliberação n.º 840/2023 – Proposta n.º 113/2023 – DCDJ/DICUL – Aprovação do projeto de alteração ao Regulamento Municipal do Concurso “Marchas Populares de Setúbal”*
 14. *Deliberação n.º 841/2023 – Proposta n.º 114/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio à Festa de Nossa Senhora da Saúde – 2023*
 15. *Deliberação n.º 842/2023 – Proposta n.º 213/2023 – DURB/DIPU/GAP – Reconhecimento do estatuto de Potencial Interesse Nacional do projeto “Navigator Green Fuels Setúbal” - Processo n.º 847/23*
 16. *Deliberação n.º 843/2023 – Proposta n.º 214/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de Topónimo – Travessa do Mel*
 17. *Deliberação n.º 844/2023 – Proposta n.º 215/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de Topónimo – Travessa Gaspar Corte Real (Navegador – Sec. XV)*
 18. *Deliberação n.º 845/2023 – Proposta n.º 216/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de Topónimo – Rua Matilde Rosa Araújo (Escritora – 1921-2010)*
 19. *Deliberação n.º 846/2023 – Proposta n.º 217/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de Topónimo – Rua Papoila-das-Searas)*
 20. *Deliberação n.º 847/2023 – Proposta n.º 218/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de Topónimo – Rua da Besuga*
 21. *Deliberação n.º 848/2023 – Proposta n.º 219/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de Topónimos – Rua Capuz de Frades; Rua Papoila-das-Praias*
 22. *Deliberação n.º 849/2023 – Proposta n.º 220/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de Topónimos – Ruas dos Combros; Rua do Castro da Rotura (Sítio Arqueológico da Serra de São Luís)*
 23. *Deliberação n.º 850/2023 – Proposta n.º 221/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de Topónimo – Rua da Energia*
 24. *Deliberação n.º 851/2023 – Proposta n.º 222/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura - Obras de reconstrução - Processo n.º 135/22*



- 25. **Deliberação n.º 852/2023 – Proposta n.º 223/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do pedido de informação prévia para construção de um edifício de habitação coletiva - Processo n.º 11/23**
 - 26. **Deliberação n.º 853/2023 – Proposta n.º 224/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de alteração da edificação existente e construção de novo edifício, para uso misto de habitação e comércio - Processo n.º 66/21**
 - 27. **Deliberação n.º 854/2023 – Proposta n.º 225/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção para a reabilitação e reconstrução da cobertura da edificação de edifício habitacional - Processo n.º 104/21**
 - 28. **Deliberação n.º 855/2023 – Proposta n.º 226/2023 – DURB/GAPRU – Informação prévia favorável condicionada, sobre viabilidade de demolição e construção de um edifício de habitação coletiva e comércio - Processo n.º 50/22**
 - 29. **Deliberação n.º 856/2023 – Proposta n.º 227/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 13/22**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 8.
- b) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito dos departamentos de Recursos Humanos (DRH) e de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 9 e 10.
- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 11.
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), incluindo emissão de alvarás, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 12 e 13.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Presidente – Disse que, antes de iniciar o período de antes da ordem do dia, tinha a seguinte declaração a fazer: *“A Câmara Municipal de Setúbal tem, desde há décadas, feito um investimento consistente e permanente na segurança das suas populações. Um dos instrumentos mais valorizados neste investimento tem sido a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal.”*

Ouvem-se palmas, durante cerca de 10 segundos.

Sr. Presidente - *“E recordava, apenas, que os Bombeiros Sapadores de Setúbal são trabalhadores da Câmara Municipal. E volto a repetir: Um dos instrumentos mais valorizados neste investimento tem sido a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, na qual são*



investidos, anualmente, em recursos humanos, formação e meios técnicos, vários milhões de euros por ano.

Os meios humanos da CBSS foram reforçados recentemente, com mais um recruta, já concluída, e tomámos já a decisão, conforme foi informado, de avançar com nova recruta, para dotar a companhia de mais bombeiros, mais recursos na defesa e proteção das populações e do nosso património.

Temos, igualmente, apostado na renovação de viaturas e equipamentos, bem como na capacitação dos nossos serviços de Proteção Civil, para garantir mais segurança aos nossos municípios, num trabalho permanente que é reconhecido nacional e internacionalmente.

O quadro legal em que se desenvolve a carreira dos Bombeiros Sapadores não tem, incompreensivelmente, acompanhado o constante reforço das exigências que são feitas a estes trabalhadores da Administração Local.

A Câmara Municipal de Setúbal, ainda que discorde profundamente de disposições legais bastante penalizadoras das carreiras e remunerações destes profissionais, está, naturalmente, obrigada ao cumprimento da lei. Se não o fizer, põe em causa as decisões e a honorabilidade desta instituição do Poder Local Democrático e do Estado de Direito estabelecido na Constituição da República Portuguesa.

Este é o contexto em que fomos obrigados, pelo quadro legal vigente e pela jurisprudência que sobre ele existe, bem como por pareceres emanados de entidades da Administração Central, a emitir um despacho que determina, neste preciso quadro, a suspensão do pagamento de suplementos remuneratórios aos Bombeiros Sapadores no exercício das suas funções, até que este direito seja expressamente reconhecido na lei.

De acordo com a jurisprudência, nomeadamente o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 12/4/2018, o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 26/4/2018 e os recentes pareceres jurídicos da CCDR, no que a este assunto diz respeito é entendimento que os bombeiros municipais estão integrados em carreiras que exigem uma disponibilidade permanente, compensada, apenas, através de um suplemento remuneratório integrado na sua escala salarial, que inclui todo o trabalho prestado dentro da referida disponibilidade permanente obrigatória.

Neles se defende, com base na lei, que o trabalho suplementar prestado pelos bombeiros municipais não tem um carácter excecional que permita, cumulativamente, o pagamento dos suplementos previstos na Lei do Trabalho em Funções Públicas, mas, ao invés, que se trata de uma situação de normalidade, com a qual o trabalhador deverá antecipadamente contar quando exerce funções em regime de disponibilidade permanente para o serviço.

Como se refere em parecer jurídico da CCDR sobre esta matéria, é entendimento que os bombeiros municipais estão integrados em carreiras que exigem uma disponibilidade permanente, compensada, apenas, através de um suplemento remuneratório integrado na sua escala salarial, que inclui todo o trabalho prestado dentro da referida disponibilidade permanente obrigatória.

Acrescenta, ainda, o parecer que, dos termos da referida...”

Ouvem-se vozes, em fundo.

Sr. Presidente - *“Ó senhores trabalhadores da Câmara Municipal, se não for possível continuar esta reunião de Câmara eu terei de chamar as forças da autoridade.”*

Ouvem-se vozes, em fundo, seguidas de palmas, durante cerca de 25 segundos.

Sr. Presidente - *“Eu vou continuar a ler o documento, porque a declaração é para ser lida e para ser enviada a quem de direito. E, por isso, eu vou ler publicamente a declaração. Espero que compreendam isso e que possa terminar a leitura da declaração.*

Acrescenta, ainda, o parecer, que dos termos do referido na jurisprudência, das referidas normas legais e da sua respetiva conjugação resulta bem claro ter sido intenção do legislador compensar todos os ónus específicos inerentes à prestação de trabalho, por parte dos

bombeiros profissionais da Administração Local, através de um sistema retributivo próprio, que integra um suplemento remuneratório único pelas particularidades específicas das respetivas funções globalmente consideradas, abrangendo, desse modo, realidades bem diversas, como a permanente disponibilidade, com o que fica afastado qualquer outra compensação remuneratória pelas particularidades específicas inerentes às referidas funções.

Ainda de acordo com o parecer jurídico da CCDD de 9/3/2023, é entendido que o suplemento remuneratório que é pago aos bombeiros sapadores pela prestação do seu trabalho, risco e disponibilidade permanente, já contempla o trabalho prestado dentro e fora do horário de trabalho definido das 12 horas.

Acresce, também, que, apreciada esta questão na reunião de coordenação jurídica entre a Direção-Geral das Autarquias Locais, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e a Inspeção-Geral de Finanças, realizada em 21/5/2019, foi alcançado, por unanimidade, o seguinte entendimento: “Os bombeiros municipais, nos termos do disposto do artigo 29.º, n.º 3 e 38.º do Decreto-Lei 106/2002, de 13 de abril, não têm direito a auferir qualquer suplemento remuneratório pelo trabalho suplementar prestado no horário de trabalho definido.”

Foi neste circunstancialismo e considerando o aconselhamento jurídico externo prestado ao Município, cujo entendimento vai de encontro ao acima exposto, e considerando a necessidade de evitar a responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira dos titulares de cargos dirigentes da Câmara Municipal, que determinei que se suspendesse o processamento dos suplementos remuneratórios definidos nos artigos 161.º e 162.º da Lei do Trabalho em Funções Públicas aos bombeiros sapadores no exercício das suas funções, até que este direito seja expressamente reconhecido na lei.

Apresentadas as razões da decisão tomada, importa reafirmar com total clareza, para que não subsistam equívocos passíveis de interpretações erradas e oportunistas, que a Câmara Municipal de Setúbal discorda em absoluto deste quadro legal.”

Ouvem-se palmas, durante cerca de 15 segundos.

Sr. Presidente – “Apresentadas as razões da decisão tomada, importa reafirmar com total clareza, para que não subsistam equívocos passíveis de interpretações erradas e oportunistas, que a Câmara Municipal de Setúbal discorda em absoluto deste quadro legal e apela a que o Governo, que é quem tem a competência para tal, resolva, com a máxima urgência, este problema.

É por tudo isto que reafirmamos a nossa solidariedade com a luta dos bombeiros, para que este problema seja resolvido...”

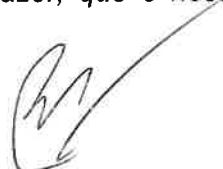
Ouvem-se palmas.

Sr. Presidente – “É por tudo isto que reafirmamos a nossa solidariedade com a luta dos bombeiros, para que este problema seja resolvido e possam, assim, ser pagos os suplementos remuneratórios a que têm direito.

Como tenho dito nas reuniões que mantenho com os nossos sapadores, consideramos que quem trabalha tem o inalienável direito de ser pago pelo trabalho para estas. Esse é o nosso entendimento e, sobre esta questão concreta, compreendendo as consequências e a indignação que a medida agora adotada causa, medida que foi, também, adotada por outras autarquias no país, governadas por diferentes forças políticas.

O que a Câmara Municipal a que presido não pode, contudo, aceitar, são apelos para que não seja cumprida a lei. O que não podemos aceitar é sermos responsabilizados por situações em que não temos qualquer poder de decisão.

A Câmara Municipal não faz leis nem muda as leis. Cumpriremos, como estamos obrigados, a atual lei, mas tudo faremos para evidenciar, como temos vindo a fazer, que é necessário



encontrar uma solução para este problema, esta solução que apenas está nas mãos do Governo.

Importa, neste preciso contexto, recordar que, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, pedi no passado dia 10 de abril uma reunião ao Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, que tem responsabilidade e capacidade para resolver este problema. Um dos assuntos a abordar nesta reunião seria, como indicado no pedido feito nesta data, a questão do trabalho suplementar e a impossibilidade, de acordo com a lei, da sua remuneração.

Um mês depois, em 10 de maio, e após insistências nossas, o Sr. Secretário de Estado respondeu ao meu pedido, por intermédio do seu Chefe de Gabinete, informando que as áreas governativas com responsabilidade nestas matérias, no caso, além da já indicada Secretaria de Estado, também a Secretaria de Estado da Proteção Civil, iriam reunir e cito a resposta que me foi dada: “Brevemente, a respeito do Decreto-Lei 106/2002, que estabelece o estatuto do pessoal dos bombeiros profissionais da Administração Local, este assunto” - acrescentava-se na mesma resposta -, “estava em análise naquele gabinete, pelo que consideramos” - e continuo a citar a resposta ao Sr. Secretário de Estado - “que a oportunidade da reunião conjunta com o Município de Setúbal justificar-se-á em data posterior, que contamos que, contudo, seja breve”.

Passaram-se, entretanto, mais de três meses sobre este pedido de reunião, cuja realização não foi considerada oportuna.

Antes desta minha diligência formal junto do Governo, tinha já colocado, com total clareza, o problema dos suplementos remuneratórios dos bombeiros numa reunião promovida pela Sra. Secretária de Estado da Proteção Civil com os corpos de bombeiros da Sub-Região da Península de Setúbal.

No convite para esta reunião, a Sra. Secretária de Estado justifica a realização do encontro por estarmos - e passo a citar: “Numa altura em que o sistema de proteção civil em Portugal enfrenta inúmeros e complexos desafios, com a necessária expressão no que aos corpos de bombeiros respeita”. Pretendia a responsável governamental com esta reunião - e cito, de novo, a carta convite que me foi endereçada: “Promover, sobretudo, um espaço de diálogo, face às inúmeras mudanças que temos em curso”.

Este encontro formal, no qual coloquei o problema dos suplementos remuneratórios, realizou-se no dia 2 de março de 2023.

É, ainda, da maior relevância destacar que o Governo tem na sua posse um parecer da Associação Nacional de Municípios, datado de 27 de fevereiro passado, em que todas as questões jurídicas relacionadas com esta situação são abordadas em detalhe, parecer que, aliás, referi na reunião de 2 de março com a Sra. Secretária de Estado da Proteção Civil, que me confirmou conhecer o teor do documento.

No referido documento da Associação Nacional de Municípios, apela-se ao Governo para que, com a máxima urgência, sejam definidas com clareza, equilíbrio e justeza os termos da organização dos tempos de trabalho dos bombeiros, com enfoque para os limites máximos da jornada diária e semanal, a elaboração de turnos e as situações em que há lugar ao pagamento de trabalho suplementar.

A Associação Nacional de Municípios manifesta a sua disponibilidade para, como sempre, colaborar na construção de um articulado que resolva cabalmente o problema.

É imperioso, que seja encontrada uma solução que permita às autarquias detentoras de corpos de bombeiros profissionais pagar aos seus bombeiros os suplementos remuneratórios a que têm direito.

É imperioso acabar com uma situação em que se favorece que o ónus do não pagamento deste suplemento em resultado da lei e da jurisprudência existente sobre o assunto, seja colocado sobre as autarquias, que não têm competência para legislar.

Perante o que acabo de expor, não nos resta alternativa que não seja a de exigir resolução imediata deste problema, para que possamos pagar aos bombeiros profissionais da Câmara Municipal de Setúbal o que lhes é devido.



*Dada a gravidade da situação que afeta os nossos bombeiros sapadores e a urgência da resolução deste problema, esta declaração será enviada ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Primeiro-Ministro e aos grupos parlamentares da Assembleia da República, bem como à Sra. Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.
Terminei esta declaração, que creio que é bem...”*

Ouvem-se vozes, em fundo.

Sr. Vereador Joel Marques – Fez a seguinte intervenção: “O público que nos acompanha aqui, hoje, é constituído, maioritariamente, por munícipes que são, também, trabalhadores da autarquia e diretamente afetados pela decisão sobre a qual o Sr. Presidente, agora, prestou uma declaração.

Sr. Presidente, acho que este tema merece um tratamento e uma discussão aprofundado e autónomo daquilo que são as restantes intervenções do período de antes da ordem do dia e, portanto, se me permite, gostaria de fazer agora uma intervenção exclusivamente sobre a declaração que o Sr. Presidente proferiu sobre este tema, reservando para uma intervenção futura outros temas que trazia aqui ao período de antes da ordem do dia.

Sr. Presidente, efetivamente, esta questão relativa ao trabalho extraordinário dos bombeiros é uma questão sobre a qual já tinha havido uma abordagem numa das reuniões privadas que fizemos para a discussão do Regulamento da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal.

Aquilo que eu gostaria de questionar, Sr. Presidente, é qual é que foi a alteração significativa que levou a que o Município mudasse o seu entendimento, no que respeita ao pagamento das horas extraordinárias. Digo isto porque o Sr. Presidente, na sua declaração, referiu como suporte para esta decisão não só o parecer da CCDR, mas, também, acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, por aquilo que percebi, de 2018. Ora, nós estamos em 2023, portanto, havendo aqui uma discrepância significativa e um tempo decorrido já de 5 anos, desde a emissão desses acórdãos até à tomada desta decisão, perguntar, efetivamente, o que é que mudou para que mudasse, também, o entendimento do Município, face aquilo que é o quadro legal em vigor, porque penso que o quadro legal não terá sofrido uma alteração que justifique, neste período, entre 2018 e 2023, que justifique esta tomada de posição.

Dizer, também...”

Ouvem-se vozes, em fundo, por cima da intervenção.

Sr. Vereador Joel Marques – “Eu apelava... Eu apelava... Apelava à vossa calma, compreendendo aquilo que está em causa, mas apelava à vossa calma no decorrer da reunião, para que possamos, efetivamente, discutir. Eu percebo, eu percebo, mas apelava à vossa calma, para que pudéssemos, efetivamente, discutir o tema.

Efetivamente, Sr. Presidente, quem é prejudicado pela tomada de decisão é quem, na verdade, pouco tem a ver com a definição do quadro legal ou com a decisão da Câmara Municipal, neste caso o despacho emitido pelo Sr. Presidente, que são os trabalhadores. Os trabalhadores que, efetivamente, desempenham as suas funções, trabalham, pelo menos, uma hora a mais do que os seus colegas da Administração Pública, todas as semanas, porque têm turnos de 8 horas e, portanto, em 35 horas não se enquadram turnos de 8 horas - e, portanto, creio que serão de 8 horas. Não se enquadram os turnos e, portanto, há sempre trabalho extraordinário e esse trabalho, naturalmente, que não é compensado, não é compensável por um subsídio de disponibilidade, que será, para muitos destes trabalhadores, na ordem dos 6, 7, 8 euros por mês e que não...

Não diferirá muito destes valores, e, portanto, esse subsídio de disponibilidade, sendo que a definição desse valor não depende de uma decisão municipal, depende, naturalmente, daquilo que é o quadro das remunerações da Administração Pública, particularmente da carreira dos Bombeiros Sapadores, mas todos nós reconhecemos que não compensa,



naturalmente, aquilo que é o trabalho que é prestado e a disponibilidade que é necessária ter, apenas para cumprir aquilo que são os seus turnos e aquilo que é o seu horário.

E, portanto, pedir, efetivamente, este esclarecimento sobre o que mudou neste período de 5 anos, entre a emissão dos acórdãos e esta tomada de decisão e dizer, Sr. Presidente, que as decisões que nós tomamos, as decisões que esta Câmara toma, são decisões desta Câmara e, portanto, já vai sendo tempo de nós deixarmos de entender que todas as justificações para aquilo que fazemos estão na Administração Central, porque o Poder Local, a Administração Local, tem autonomia, tem capacidade de decisão e é por isso que decide. De uma forma ou de outra, é por isso que decide. E, portanto, dizer sempre que aquilo que corre mal é responsabilidade de terceiros, Sr. Presidente, já vai sendo tempo de mudarmos o discurso.

Eu sei que o Sr. Presidente é um ecologista e que, por isso mesmo, recicla e renova, mas vai sendo tempo, também, de renovar o discurso e não apenas outros fatores de índole ambiental.”

Sr. Presidente – *“O senhor Vereador não tem bem presente todas as situações, embora tenha referido que nós, numa reunião privada com os grupos, os representantes dos partidos aqui na Câmara Municipal, apreciámos em conjunto o parecer da CCDR.*

O parecer da CCDR que foi distribuído nessa reunião é de 9/3/2023 e, na sequência desse parecer, ficou claro, na interpretação jurídica aqui dos juristas da Câmara Municipal, que nós devíamos deixar de pagar, a Câmara Municipal devia deixar de pagar as horas extraordinárias, tendo em conta uma primeira apreciação a esse parecer e, portanto, nós tomámos essa decisão, logo, creio que em abril.

Portanto, este parecer chegou em março e, portanto, eu estou em crer que em abril isto foi transmitido aos bombeiros, foi afixado o parecer da CCDR, e, portanto, essa decisão que tomámos de deixar de pagar as horas extraordinárias.

Na reunião que tivemos com os bombeiros no dia 28/29 de junho, lá no quartel, na Companhia, essa decisão já estava tomada e foi justificada porque é que ela era tomada. A Câmara Municipal também tem de cumprir as leis e as recomendações e, designadamente, das entidades inspetivas. Como sabe, tem de cumprir as orientações das entidades inspetivas da Administração Local, como é o caso da CCDR, mas, nessa altura, como eu refiro nesta declaração, nós já tínhamos outras informações, designadamente aquilo que é uma comissão especializada que foi constituída na Associação Nacional de Municípios, na qual a Câmara de Setúbal também participa, e em que tem um parecer, que é de fevereiro, do final de fevereiro, 26/27 de fevereiro. Tem um parecer, que enviou ao Governo, exatamente a colocar todas estas questões, porque não são questões apenas que têm a ver com os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, têm a ver com trabalhadores em várias autarquias, designadamente aquelas autarquias que têm bombeiros sapadores ou bombeiros profissionais, que agora foi uniformizada a classificação deste tipo de prestação de serviços.

Portanto, nessa altura, nós já tínhamos, portanto, eu já tinha a informação do parecer da Associação Nacional de Municípios, e que, como eu referi aqui numa passagem, solicita ao Governo uma tomada urgente de posição, de decisão, sobre a alteração da legislação que está em vigor.

E, também, já temos conhecimento, para além das decisões do Tribunal Administrativo, que são de 2018, duas decisões, portanto, de 2018. Este parecer é de 9 de março de 2023, da Câmara Municipal, que foi distribuído aos senhores vereadores e foi afixado na Companhia.

Também, como eu estava a dizer, temos conhecimento da última reunião que houve na Associação Nacional de Municípios, desta comissão especializada para as questões dos bombeiros, e que recomenda ao Governo a urgente tomada de decisões sobre esta situação.

E também temos conhecimento, como é referido nesta declaração, que em 2019 – peço desculpa, está aqui referido, agora, as datas -, mas, em 2019, que as três entidades jurídicas, da CCDR, da Direção-Geral da Administração Local e da Inspeção-Geral de Finanças - eu estou certo de que o senhor vereador sabe do que é que eu estou a falar e do peso que isto significa -, nesta reunião destas três entidades, houve uma decisão unânime relativamente a esta matéria.



E, portanto, isto já foi há alguns anos - creio que foi em 2019 - e, portanto, nós temos decisões do Supremo Tribunal Administrativo (duas, em 2018), temos esta reunião destas três entidades que superintendem sobre as autarquias locais em 2019 e que coincidem, por unanimidade, têm um parecer tomado por unanimidade. Aliás, o parecer da CCDR de março de 2023 apenas reproduz aquilo que foi a unanimidade das três entidades máximas que incidem sobre a Administração Local e que transmitem a mesma matéria.

Aquilo que eu pergunto ao senhor vereador é: Se estivesse em situação de decisão, qual era a decisão que tomava? Sendo que está em causa não só... Se o senhor fosse Presidente da Câmara, não só a sua situação como todos os vereadores, como todo o quadro de decisão que está neste processo do pagamento das horas extraordinárias, porque estamos, apenas, a referir-nos às horas extraordinárias. Eu pergunto: Qual seria a sua decisão, perante estes factos?

Agora, o que aconteceu agora... O que aconteceu..."

Ouvem-se vozes, em fundo, por cima da intervenção.

Sr. Presidente – *"O que aconteceu agora, senhor vereador, foi que, tal como eu disse aos senhores bombeiros trabalhadores da Câmara Municipal, na reunião que tive com eles no dia 27 ou 28 de junho, foi que nós íamos ter uma reunião com os nossos advogados, no sentido de apreciarmos mais em profundidade as consequências do que estava aqui em causa, disto tudo, que, no fundo, está refletido nesta declaração, disto tudo, e aquilo que fomos aconselhados foi que ou nós tomávamos uma decisão em conformidade com estas decisões ou estávamos sujeitos a sofrer as consequências - e o senhor sabe muito bem quais são as consequências.*

Portanto, é isso que está em causa e, portanto, primeiro, foi a decisão do não pagamento de horas extraordinárias e aquilo que se fez no Comando foi de evitar, ao máximo, a realização de horas extraordinárias, para que, naturalmente, os trabalhadores não fossem penalizados com essa situação.

Agora, a questão que se colocou aqui era esta, que tinha a ver com o subsídio de turno. E, quando se trata do subsídio de turno, nós sabemos de que valores estamos a falar. Sabemos de que valores, nos salários destes trabalhadores, sabemos de que valores estamos a falar e, por isso, nós consideramos que é inaceitável que o Governo não tome decisões sobre esta matéria.

Cabe ao Governo, perante o parecer e o apelo de urgência da Associação Nacional de Municípios, agir em conformidade, de apresentar na Assembleia da República uma proposta de lei que reponha a situação de clareza sobre este ponto, para que não sejam as autarquias, como é dito na declaração, que não sejam as autarquias a sofrer o ónus desta situação, que depende exclusivamente de uma iniciativa do Governo. É isto que está em causa.

E, mais, senhor vereador, aquilo que também está aqui em causa é que isto é uma situação que atravessa vários municípios e [são públicas] as posições que já vários municípios tomaram sobre esta matéria e, portanto, cabe ao Governo tomar esta decisão. E, como eu sei que cabe ao Governo tomar esta decisão, eu tomei a iniciativa de pedir uma reunião com o Secretário de Estado que tem a tutela desta matéria e o resultado foi apresentado como está aqui.

Há 3 meses que o Chefe de Gabinete do Sr. Secretário de Estado disse que considerava que não era oportuno ter uma reunião com o Presidente da Câmara sobre este assunto, porque o Governo... Porque o Governo estava a procurar..."

Ouvem-se vozes, em fundo, por cima da intervenção.

Sr. Presidente – *"Senhores vereadores, eu peço imensa desculpa. Peço imensa desculpa, mas não há condições para continuar esta reunião. Por isso, eu decido suspender esta reunião."*



A reunião foi suspensa às 17horas e 30 minutos, tendo sido retomada às 19 horas.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a intervenção que pretendia fazer versava sobre um processo de insolvência, a partir do qual, em processo executivo, tinha sido colocado em leilão um terreno com cerca de 4 hectares e meio no concelho de Setúbal.

Isso não seria tema para a reunião da Câmara, não fosse o facto de, nesse terreno, que pertence a um privado, que tinha sido adquirido pelo privado em 2004, estar uma rotunda da Avenida da Europa, estarem 10 por cento da Avenida Paula Costa, estar, sensivelmente, um terço do Parque Urbano da Várzea, onde se incluía a bacia de retenção.

Portanto, quando tomou conhecimento dessa imagem do leilão e do terreno que estaria em processo de venda, tinha tido alguma dificuldade em acreditar naquilo que era o espaço que estava em causa, mas, efetivamente, a planta de localização cadastral da Direção-Geral do Território não permitia margem para erros nem para segundas interpretações.

Efetivamente, estavam perante um processo em que um espaço que já tinha recebido alguns milhões de euros de investimento municipal, aparentemente, ou, pelo menos, de acordo com o que constava na caderneta do registo predial - também tinha certidão do registo predial -, não pertencia ao Município, pertencia, sim, a um privado.

E, portanto, a questão que colocava – teria, naturalmente, toda a disponibilidade para fazer chegar ao Sr. Presidente a documentação que tinha (documentos anexos registados sob o n.º 14), quer as cadernetas prediais, quer a certidão do Registo Predial, quer, também, o mapa da Direção-Geral do Território -, a questão que colocava ao Sr. Presidente era se o Município tinha conhecimento que a intervenção que tinha feito no Parque Urbano da Várzea e na construção da Avenida Paula Costa, pelo menos nesse troço, bem como daquela rotunda que ficava junto à Piscina das Palmeiras, tinha sido uma intervenção feita num terreno privado, terreno esse que estava, naquele momento, em leilão, e se o terreno, por algum acordo que tivesse, eventualmente, sido estabelecido com o proprietário, deveria ser municipal, mas, por um lapso, por um erro, não tinha ainda sido registado e se o Sr. Presidente ou o Município, naturalmente, tinha conhecimento desse facto, de estar, naquele momento, num processo liquidatário uma empresa que era proprietária do terreno onde estava instalada a bacia de retenção do Parque Urbano da Várzea.

Sr. Presidente – Disse que tinha acompanhado esse processo. Era vereador do Urbanismo nessa altura e tinha acompanhado esse processo. A informação que tinha era que esse processo tinha sido todo regularizado. Não sabia ao pormenor, mas era uma questão de avaliarem e de verificarem, de facto, essa informação.

Sabia que tinha havido uma negociação com os particulares, relativamente às capacidades construtivas, a negociação de uma parte que ficava para o parque urbano e para a bacia de retenção pela outra parte, que ficava com capacidade construtiva. Isso tinha sido negociado. Supunha que teria sido registado. Era isso que podia dizer, que tinha sido tudo negociado com os proprietários.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que ia dar alguma informação adicional. De facto, o terreno não tinha sido registado em nome da Câmara. Tinha sido feito um acordo com todos os proprietários que permitia a posse, portanto, a realização de infraestruturas. Como sabiam, a grande maioria das intervenções tinha sido financiada por fundos comunitários e, portanto, até essa figura da posse seria suficiente para disponibilização de fundos.

Não conhecia esse processo de liquidação. Aliás, tinham tido contactos recentes com o proprietário, mas estava garantida a posse, sendo que a propriedade se verificaria – era o que estava previsto no acordo que tinha sido feito - no momento da operação urbanística a ocorrer na faixa da Avenida Paula Costa para nascente.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que agradecia os esclarecimentos, mas os esclarecimentos prestados pela Vereadora Rita Carvalho levavam-no a colocar outra questão: O acordo de posse não deveria ter sido alvo de um registo? Estavam a falar de um ónus

sobre a propriedade. Portanto, o registo era aquilo que garantia que, em caso de transmissão da propriedade, o futuro proprietário, o novo proprietário que resultaria desse leilão – sem dúvida, resultaria um novo proprietário – teria, naturalmente, que ter conhecimento daquilo que eram os ónus que incidiam sobre a propriedade que iria adquirir.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não tinha a certeza se tinha sido feito o registo. Era uma questão que podia verificar, pois, de facto, ele estava à venda na totalidade, mas podia verificar se tinha sido feito e, depois, trazer essa informação atualizada.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tinha em sua posse certidão do registo predial, onde não constava nenhum averbamento de nenhum ónus sobre esse terreno, a favor do Município. Constavam hipotecas, penhoras, enfim, aquilo que era normal. Constava a insolvência, também, aquilo que era normal nesse tipo de circunstâncias, mas não constava nenhum averbamento favorável ao Município.

Portanto, a posse, que deveria ter sido averbada, não o tinha sido. Esse ónus de benefício para o Município não tinha sido averbado e, estando, naquele momento, em processo de liquidação e já em processo de venda daquilo que eram os ativos da massa insolvente, se calhar, seria avisado um contacto com o administrador de insolvência ou com o agente de execução, no sentido de garantir para o Município aquilo que era a posse dos terrenos onde se tinha feito o investimento.

Sr. Presidente – Disse que agradecia ao senhor Vereador que entregasse esses documentos, para ficarem, e para, naturalmente, o Departamento de Urbanismo poder verificar a situação.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que, no início da intervenção ocorrida pouco antes, o Sr. Presidente tinha falado daquele que era o empenho da autarquia na questão da segurança e dos bens, o que era algo que queria saudar nessa perspetiva e que, também, justificava a intervenção que iria fazer, na perspetiva de que *“Somos Câmara Municipal”*.

Aliás, esse lema era um lema bonito, embora o devesse aproveitar para dizer que alguns se iam esquecendo do que é que isso significava. *“Somos [todos] Câmara Municipal”*, efetivamente, embora alguns serviços, em alguns momentos, se esquecessem dos vereadores da oposição, mas, naquele caso, tinha expectativas em alta, em função do que tinha vindo ali a ser dito, por causa, por exemplo, das passeadeiras.

Já tinham falado ali do empréstimo. Já tinha falado o Sr. Presidente, também, que uma parte dessa verba tinha a ver não com pintura, mas com construção, o que lhe parecia, até, que era uma solução mais permanente, com mais durabilidade, face àquilo a que tinham vindo a assistir. Na sequência de um atropelamento na Avenida Alexandre Herculano tinha sido pintada a passeadeira onde o atropelamento tinha acontecido, quase de imediato, e estava quase apagada, já, o que o levava a pensar que tinha acontecido qualquer coisa às tintas que eram utilizadas naquele momento, que não duravam quase nada.

Mas o que fazia também falar e fazer esse alerta, na perspetiva de que tinham de fazer mais para garantir a segurança rodoviária, a segurança da circulação urbana, era que era muito fácil identificar dezenas de passeadeiras que estavam, praticamente, apagadas. Continuavam ainda e sabia que se tinha dado prioridade às passeadeiras que estavam mais perto, nomeadamente de instituições educativas, de escolas, mas a verdade era que a circulação dos peões se fazia por toda a cidade e havia muitas ainda à espera dessa atenção que tinha sido ali anunciada e que tinha justificado, também, o tal empréstimo.

Queria, também, deixar de novo a preocupação que tinha a ver com a marcação do estacionamento tarifado que tinha conseguido identificar e, se fosse preciso – mas pensava que não seria necessário – faria chegar, porque, como tinha dito a Sra. Vereadora Rita, alguns serviços acompanhavam e, até – tinha-lhes dito ela, tinha partilhado ela -, que chamariam a atenção quando as regras do trânsito não estavam a ser cumpridas, naquilo que eram as reuniões que tinham com o concessionário.



A verdade era que, naquele momento, já tinha visto locais de estacionamento marcados, não era na proximidade das curvas, era na própria curva. Já tinha visto em cima de passadeiras, porque não estavam pintadas, já tinha visto perto das curvas e ou havia, efetivamente, um Código da Estrada, ou havia o cumprimento desse código ou era preciso agir, em nome daquilo que o Sr. Presidente tinha dito - e bem! -, que era a segurança da nossa circulação enquanto peões, mas, também, enquanto condutores.

Portanto, deixava ali, uma vez mais, aquele apelo, nessa perspetiva de que havia expectativas altas em relação ao esforço que a Câmara tinha anunciado em relação às passadeiras e ele também deixava, novamente, aquele apelo para que já não iam discutir o estacionamento tarifado, a concessão, iam discutir o cumprimento de regras que todos, enquanto peões, enquanto condutores, estavam obrigados e pensava que uma entidade daquele género também tinha que assegurar.

Portanto, contava com aqueles que, naquele momento, tinham a capacidade de intervir enquanto vereadores da oposição, para ir um bocadinho ao encontro, também, dos alertas que os vereadores da oposição ali faziam.

Queria terminar como tinha começado: *“Somos [todos] Câmara Municipal”*. Às vezes, zangavam-se, às vezes, eram um bocadinho mais contundentes, mas muitas das coisas que ali diziam era na tentativa de todos contribuírem para soluções e para fazerem melhor.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que, mais do que uma vez, os Vereadores do Partido Socialista tinham feito intervenções no sentido de alertar para o problema grave que se vivia no Município relativamente a buracos e abatimentos sucessivos na faixa de rodagem e nos passeios, alguns em troços muito movimentados. Eram vários os buracos identificados por toda a cidade, de Gâmbia a Azeitão, cuja reparação se arrastava no tempo e em que urgia uma intervenção robusta.

A título de exemplo, na Estrada da Baixa de Palmela mantinha-se o buraco tapado com greda havia cerca de 2 meses. No Bairro Santos Nicolau, mais precisamente na Rua Comendador Lino da Silva, tinha estado um buraco sinalizado cerca de 9 meses. Na Avenida Luísa Todi, entre a bomba de combustível e um conhecido restaurante de choco frito, tinham buracos que regularmente eram carregados com o que pensava ser gravilha, mas nada que resolvesse, criando, inclusivamente, constrangimentos no trânsito - e falavam de meses. Havia meses, também aguardava intervenção um buraco na estrada na Estefanilha. Alguns moradores tinham referido que na Avenida Rodrigues Manito estava um buraco a aguardar intervenção havia mais de 2 anos. Tinham na Rua António Joaquim Henriques e em tantas mais ruas que poderiam ali enumerar.

Numa reunião anterior, tinha questionado qual era o tempo médio de reparação de um buraco e tornava-se clara a impossibilidade de dar essa informação, porque, efetivamente, a resolução desses problemas arrastava-se no tempo. Voltavam a alertar e a apelar a uma intervenção urgente relativamente a essas situações, porque constituíam, efetivamente, um perigo para quem circulava pelas estradas e passeios e, de momento, não era só num ou noutro local específico, mas, sim, por toda a cidade, como disse, de Gâmbia a Azeitão.

Uma questão para a qual pretendiam, também, obter um esclarecimento era sobre a Rua da Nova Jardia, em Azeitão. As obras tinham-se iniciado no final de abril, devido à primeira fase da obra de reabilitação da rede de água. Contudo, tinham conhecimento que havia cerca de mês e meio que a obra se encontrava parada, causando enorme transtorno a moradores e a quem por lá circulava. Pretendiam saber qual era o motivo de a obra se encontrar parada.

Alguns munícipes tinham-lhes feito chegar o seu descontentamento relativamente ao tempo de recolha de *“Big Bags”*. Referiam que eram devidamente esclarecidos pelo funcionário afeto ao serviço, relativo à utilização por um período de 10 dias, e que, na eventualidade de exceder o tempo, devia de imediato ser comunicado à Câmara, sendo um serviço pago. Contudo, as recolhas dos *“Big Bags”* arrastavam-se no tempo, existindo munícipes a aguardar havia cerca de 30 dias e, até à data, a recolha não tinha acontecido. Tornava-se uma situação preocupante, pelo impacto ambiental e na saúde pública. Queriam dar nota, também, dessa situação.



Por fim, solicitar a intervenção do senhor Presidente, na eventualidade de ainda não o ter feito, que, em dezembro de 2022, a estrutura de suporte ao tabuleiro da ponte localizada após as portagens da autoestrada, em direção à zona industrial, apresentava sinais de deterioração. A ausência de qualquer intervenção, até à data, das autoridades competentes, não só não tinha solucionado o problema como o mesmo se tinha agravado, representando um risco iminente para a segurança de quem ali circulava, sendo uma via utilizada por veículos pesados, que levavam madeiras para a Navigator e carros para o porto de Setúbal. No sentido de evitar algo grave que ali pudesse acontecer, solicitava a intervenção do Sr. Presidente.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que trazia três assuntos, dois mais rápidos e, depois, uma última intervenção, que iria ser um pouco mais demorada.

A primeira questão que colocava ao Sr. Presidente era que a bancada do PS, havia uns meses – pensava que cerca de 3 ou 4 meses antes – tinha enviado um pedido de informação relativo à eliminação de uma ilha de estacionamento que havia no Largo José Afonso.

Passado algum tempo, tinham recebido uma resposta, por parte do gabinete do Sr. Presidente, de que a mesma estava relacionada com a intervenção que iria haver no Largo José Afonso. Pelo facto de ainda não ter havido nenhuma intervenção e de já terem passado alguns meses, questionavam se essa intervenção continuava prevista e, se sim, se podia adiantar um pouco mais sobre o que é que iria ser feito.

Segunda questão: Recentemente – pensava que havia 3 ou 4 dias -, o Município de Setúbal tinha feito sair no Facebook uma publicação relativa à desbaratização, desratização e outros, que estava a ocorrer no concelho de Setúbal. Tinha verificado alguns dados que tinham sido apresentados e algumas constatações que tinham sido feitas, nomeadamente dados que realçava naquele momento: Não chegava, mas perto de mil desbaratizações feitas no concelho, e, depois, mais à frente, na parte final do “post”, era mencionado que a responsabilidade derivava das alterações climáticas e dos alimentos que existiam na rua.

Tinha várias pequenas questões, que, no fundo, tinham todas a ver com o mesmo assunto. Uma delas era se as alterações climáticas se tinham iniciado naquele ano. Pensava que o assunto já se discutia havia cerca de 30 anos e vivia em Setúbal havia 46. Depois, a questão da limpeza, se podia explicar melhor o que era isso, porque, quando pensava que existia comida na rua, ia imaginar, das duas uma, ou estavam a acusar os munícipes de estarem a pôr comida na rua ou teria de ser outra situação qualquer. Porque é que levantava a questão da comida na rua? Porque tinha tido a oportunidade. A sua mãe vivia no Casal das Figueiras, onde tinha sido criado. Não tinha nascido lá, mas tinha sido criado e estava a utilizar o Casal das Figueiras como termo de comparação, porque era aquele que melhor podia utilizar. Ao longo desses 46 anos, podia garantir, ali, naquela sala, que sempre tinham existido baratas, sempre. Não ia dizer que não tinham existido, porque tinham existido e quando chegavam aos finais de julho, princípios de agosto e, até, mais ou menos, ao mês de setembro, aumentavam sempre.

Aquilo que nunca tinha visto tinha sido aquilo que tinha visto no domingo à noite: Estavam centenas de baratas a circular pela rua - e só estava a falar na zona junto à Rua Heróis de Abril. Até podia dizer qual tinha sido a rua: Exatamente, Escadinhas Heróis de Abril, pelas escadas, pelos muros, pela rua. Nunca tinha visto uma coisa assim. Tinha pena de não ter gravado, porque podia passar esse vídeo ao Sr. Presidente. Ora, indo ele lá todos os dias e nunca tendo assistido a comidas na rua, questionava porque é que, então, no Casal das Figueiras, existiam baratas.

Mas também podia falar das Amoreiras, onde vivia, que também tinha baratas. Aliás, podiam falar da cidade toda. Das duas uma, ou as baratas, como naquele momento tinham e como o seu camarada tinha falado, tinham mais buracos na cidade, além das sarjetas, e as baratas estavam a sair, também, pelos buracos, porque, se calhar, os técnicos do Município não atuavam na zona dos buracos e elas podiam vir através dos canos, ou havia uma questão, ou de planeamento ou de decisão.



Tinham contactado algumas empresas na área, porque também queriam mais algumas informações técnicas sobre o assunto - como devia imaginar, não era especialista nessa área - e tinha-lhes sido dito, por mais do que uma empresa, que, para garantirem um número mínimo de baratas no concelho, teriam de se efetuar, pelo menos, quatro intervenções por ano. Isso se, após uma das intervenções, não chovesse. Tinha-lhes sido dito por mais do que uma empresa que se, inclusivamente, ao fim de um dia ou dois, se chovesse, que, provavelmente, teria de haver uma quinta intervenção.

Por isso, a última questão que colocava ao Sr. Presidente naquele assunto era: Quantas intervenções estavam planeadas para todos os bairros do concelho de Setúbal, se o serviço estava a ser prestado só pelos técnicos do Município ou se tinha sido contratada alguma empresa ou algumas empresas para dar apoio e se lhes podia dizer se, no futuro, o Município iria encontrar uma solução melhor do que aquela que tinha apresentado no Facebook, no "post", em que tinha afirmado que: *"Vamos intervir nos locais onde nos apresentarem queixa"*. Como deviam imaginar, nem todos os setubalenses tinham capacidade para apresentar queixa e, pelos vistos, no Casal das Figueiras nenhum tinha tido capacidade.

Pedia desculpa ao Sr. Presidente, porque, entretanto, tinha mais um assunto para falar com ele, mas tinha trazido uma nota escrita, dada a dimensão da mesma:

"Sr. Presidente, senhores vereadores, junho foi, mais uma vez, palco para o concurso das Marchas Populares de Setúbal. Permitam-me a correção: junho voltou a ser o mês do concurso das Marchas Populares de Setúbal."

Sim, ainda estará fresco nas nossas memórias que o ano passado, por responsabilidade que só pode ser acarretada ao Sr. Vereador da Cultura, até o mês foi alterado, porque não houve capacidade nem liderança da vereação para que o evento decorresse na sua data tradicional. Este ano, sete marchas desfilaram, sete instituições engalanaram, mais uma vez, a já linda Avenida Luísa Todí, que se encheu de setubalense e alguns turistas que, como já é hábito e tradicional, foram gritando: "A minha marcha é a mais linda".

Mas, se a avenida se encheu de pessoas, certamente não se deve ao facto da divulgação feita pelo Município. Não, infelizmente, e sem sabermos bem os motivos, o evento não foi devidamente publicitado.

Sr. Presidente, certamente que a falta de comunicação não deriva da falta de recursos financeiros. O Município pode argumentar que existem poucos recursos financeiros, mas, para a comunicação, não pode. Temos bons exemplos da forte capacidade de investimento nessa área, como é o exemplo do famoso boletim de comunicação comunista municipal – e, aqui, peço desculpa da forma, com o nome que estou a dar, mas é assim que nós o sentimos -, ao enorme número de "outdoors" a anunciar investimentos em nova habitação ou a propagandear obras que, muitas vezes, nem sequer saíram do papel.

Mas, não nos desviemos do assunto principal: Em primeiro lugar, a vereação do Partido Socialista enaltece o enorme esforço das sete instituições participantes nas marchas e que desenvolveram o seu sistema ao longo dos últimos meses e que saíram à rua no mês de junho.

Sabemos que não é fácil, nunca será, independentemente da força política que estiver na governação da autarquia. O mundo perfeito não existe. Não somos nem propagandistas nem popularistas, ao ponto de aqui afirmar que o PS fará tudo bem feito ou que disponibilizará recursos infinitos, para satisfazer todas as necessidades que decorrem da construção de uma marcha.

Mas, Sr. Presidente e senhores vereadores, quem anda neste mundo, sabe que nem todas as dificuldades são culpa do fraco investimento que o executivo CDU vem fazendo, ao longo das últimas duas décadas, nesta matéria.

Será que o planeamento antecipado, por parte do Município, envolve maiores custos? Não, afirmamos nós. Será que a marcação da data do certame no ano seguinte, o local onde o certame vai decorrer, a definição do valor a apoiar, entre outros, envolve aumento de custos? Não, afirmamos nós.



A CDU, mais uma vez e de forma irresponsável, tardou a decidir. Não teve em atenção as necessidades das instituições, não respeitou todos os intervenientes e, pasme-se!, até teve a displicência de acusar outros de más decisões que a si só dizem respeito.

Sr. Presidente, senhores vereadores, não queremos entrar no discurso fácil de criticar por criticar. Não é nem nunca será a nossa forma de estar e também não utilizaremos as instituições como forma de arremesso político.

É verdade que no PS temos uma visão diferente do que devem ser as Marchas Populares. Ainda assim, e volto a repetir, não fazemos do movimento associativo uma arma de arremesso. Achamos que as mesmas merecem mais respeito e, acima de tudo, um maior esforço por parte do Município, para que a já difícil tarefa de organizar uma marcha se torne um trabalho menos árduo, com menos incertezas e com mais garantias.

Vejamos o exemplo da escolha do local para o segundo desfile a concurso: O Pavilhão Municipal das Manteigadas foi palco do segundo desfile, Sr. Presidente. Hoje não será o dia em que vamos abordar as condições do mesmo para ali se realizar o desfile, mas questiono: Será normal tomar a decisão do local três ou quatro semanas antes da data do desfile? Estivessem o Sr. Presidente ou o Sr. Vereador da Cultura à frente de instituições que iriam participar, gostariam de ter a mesma informação três ou quatro semanas antes? É normal esta forma de trabalhar?

Nós, no PS, achamos que não e também sabemos que as instituições não acham. Aliás, lançamos o desafio ao Sr. Vereador da Cultura para que obtenha, de forma oficial, um passeio de cada instituição onde esteja consagrado quer a concordância com o local, quer com o “timing” do anúncio do mesmo.

Não querendo ser extenso a apresentar tudo aquilo que de errado este executivo tem feito e que tanto tem prejudicado um dos maiores eventos culturais da nossa cidade, se não for o maior, questionamos, na pessoa do Sr. Presidente, o seguinte: Em fevereiro de 2022, o PS trouxe à reunião da Câmara uma recomendação que foi aceite pelas três forças políticas aqui presentes. Na mesma recomendação, podia-se ler: “1.º - Garantir um valor mínimo de participação a cada coletividade concorrente de 15 mil euros, acrescido do valor correspondente ao orçamento para transporte de matérias associadas à marcha, nas apresentações que venham a ocorrer para o concurso ou extra concurso; 2.º - Garantir a promoção do evento, não só a nível local, mas, também, a nível nacional, com recurso às plataformas digitais e a suportes físicos próprios; 3.º - Criar um grupo de trabalho de entre os eleitos dos partidos com representação na Câmara Municipal, já a partir do mês de maio, com vista à análise e adaptação do atual Regulamento Municipal das Marchas Populares de Setúbal, de forma a enquadrar as novas realidades e interesses das próprias coletividades e aprovar um novo regulamento até ao final de julho, com aplicabilidade em setembro de 2022 – 2022, o ano passado -; 4.º - Apresentar à comunidade educativa local, através dos serviços de Cultura e Educação, um programa de formação e capacitação de professores que possam desenvolver atividades curriculares e extracurriculares relacionadas com a cultura popular e, mais concretamente, com as Marchas Populares; 5.º - Reconhecer o concurso de Marchas Populares de Setúbal como evento de interesse municipal e estratégico para a promoção da Cultura popular setubalense, entre outras iniciativas que se pudessem realizar neste âmbito; 6.º - Iniciar os trabalhos que conduzissem à construção do futuro Museu das Marchas Populares de Setúbal.

Ora, se o ponto 1 era referente ao apoio para 2022, questiono, Sr. Presidente e Sr. Vereador da Cultura, relativamente aos restantes pontos aprovados, o que é que foi feito?

Ao contrário do que se diz no ponto 2, este ano, o Município divorciou-se por completo da promoção do evento. Qual promoção a nível nacional quando nem a nível local as marchas foram promovidas? Deixamos no ar a questão: Porque será que não o terão feito?

No ponto 3, propunha-se a criação de um grupo de trabalho composto por elementos das forças políticas aqui presentes e que tivesse no seu objetivo elaborar uma proposta conjunta de regulamento. Lembra-se, Sr. Presidente, que a CDU concordou com a proposta? Onde está esse grupo? Curiosamente, temos uma proposta de regulamento a ser trazida a esta reunião da Câmara que, pergunto eu, engloba os contributos do PS e do PSD? Será que os

vereadores da CDU já se aperceberam que deixaram de ter maioria, em resultado das eleições autárquicas ocorridas em setembro de 2021 e que isso obriga, caso queiram encontrar consensos, a trabalhar de forma ativa com as restantes bancadas? Infelizmente, e a par de outras matérias, mais uma vez, a CDU não demonstra capacidade democrática para conviver com a nova realidade política no concelho.

Mas, pergunto-lhe, Sr. Presidente: E os pontos 4, 5 e 6? Alguma novidade?

Aproveito para lhe dar uma boa notícia: Caso exista incapacidade, por parte do Sr. Vereador da Cultura, para colocar em prática estas medidas, cá estaremos para, a seu lado e de forma desinteressada, trabalhar de forma a que todas estas medidas sejam uma realidade a curto prazo.

Para nós, PS, não existem dúvidas sobre aquilo que o Sr. Vereador da Cultura pensa em relação às tradições culturais do concelho de Setúbal. Mas, e em boa fé, a questão que colocamos ao Sr. Presidente é: O que irá fazer para contrariar a estratégia seguida pelo seu camarada e Vereador da Cultura?

Recentemente, num outro evento cultural, ouvimos o Sr. Presidente falar da importância das tradições locais. Estava o Sr. Presidente do Festival Internacional de Folclore e disse-o bem. E nós, no PS, assinamos por baixo, mas questiono: Se, para o Sr. Presidente, é assim tão importante reforçar o apoio às iniciativas que visem perdurar as tradições locais, porque permite o Sr. Presidente que, ano após ano, as marchas tenham uma importância menor no aspeto cultural da nossa cidade?

Sabe, Sr. Presidente, que, para o evento decorrido no Pavilhão das Manteigadas, foram colocados à venda 100 bilhetes? 110, 115 bilhetes. Vivemos num concelho com mais de 120 mil habitantes, capital de distrito, um concelho que se diz ser o principal destino turístico do distrito. Será normal disponibilizar pouco mais de 100 bilhetes para um evento desta dimensão?

Bem, digamos que a inexistência de divulgação facilitou a vida à organização. Imaginemos nós, se a procura por bilhetes foi o que foi, o que seria se o evento tivesse sido divulgado? Sr. Presidente, em modo de (...) da minha intervenção, gostaria de lhe deixar mais algumas questões que espero ver respondidas: Quando a Divisão de Cultura inicia os trabalhos com vista à realização do certame dá conhecimento a todo o movimento associativo? Fica o movimento associativo a saber que se pode inscrever ou, pelo menos, se não se inscrever, demonstrar interesse em participar na edição desse ano ou no ano seguinte, se esse procedimento for realizado ainda no atual ano civil? É feita uma auscultação, junto das associações que participaram na última edição, questionando as mesmas sobre a necessidade de reforço financeiro para a próxima edição? Aquando da inscrição da instituição é-lhe entregue toda a informação relativa à próxima edição das Marchas Populares? É entregue a todas as instituições o Regulamento do Concurso? Se sim, é entregue o Regulamento aprovado em reunião da Câmara e Assembleia Municipal ou o Regulamento com as alterações feitas pelo Sr. Vereador da Cultura e assumidas por si e que vão contra o próprio Regulamento aprovado?

Sr. Presidente, senhores Vereadores, o Partido Socialista tem a forte convicção que será governo em Setúbal após as eleições de 2025 e é nesse sentido que hoje assumimos, com todas as instituições e com todos os setubalenses, o compromisso de tornar as Marchas Populares de Setúbal um evento de referência nacional, em que os setubalenses se possam olhar, em que as instituições a concurso, que brilhantemente dignificam o nome das Marchas e representam a qualidade do seu trabalho, possam ter mais e melhores apoios, num modelo organizativo que lance a primeira pedra para a próxima edição no dia a seguir ao término da última edição e, acima de tudo, onde todos saibam antecipadamente as condições com que contam.

Vamos voltar a encher a Avenida com mais de uma dezena de marchas, vamos encher a avenida com crianças do nosso concelho, com os seniores que vivem em instituições de acolhimento e que têm dificuldade em ocorrer ao evento, com as forças vivas do nosso concelho, vamos fazer da Avenida Luísa Todi um espaço pequeno para receber tantos setubalenses e turistas, vamos trazer novamente segundo desfile para um local digno e com

tradição das marchas e, por fim, no final de cada edição, acreditamos que todos os setubalenses irão dizer, em conjunto: “As Marchas de Setúbal são as mais lindas.”

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que queria deixar, apenas, uma nota sobre a questão da declaração que o Sr. Presidente tinha feito inicialmente, sobre a matéria relativa aos Bombeiros Sapadores de Setúbal. Queria deixar uma palavra aos bombeiros e às suas famílias, sobre a situação difícil que estavam a atravessar. Esperavam que a questão pudesse ser resolvida o quanto antes e que houvesse paz social nos Bombeiros Sapadores de Setúbal.

Tinha, também, algumas questões que podiam parecer menores relativamente a essa matéria a que inicialmente se tinha referido, mas que eram importantes naquilo que era a imagem de uma cidade e de um concelho como o nosso.

Havia uma viatura que estava num local bastante central da cidade. Estava a dar esse exemplo porque havia mais viaturas abandonadas e naquele estado, um pouco por todo o concelho, e pensava que a Câmara deveria tomar medidas sobre isso. No caso, estavam a falar de uma viatura que se via que estava acidentada, que estava junto a uma rotunda onde estava previsto construir-se o Centro de Saúde da União de Freguesias de Setúbal, e pensava que a Câmara deveria tomar medidas, no sentido de aquela viatura ser removida, porque, como tinha começado por dizer, apesar disso parecer uma questão menor para trazer à Câmara, mostrava um bocadinho o brio que tinham que ter em relação à nossa cidade, ainda mais num período como aquele, em que tinham muitos turistas, muitas pessoas que nos visitavam e que a imagem também contava e contava muito.

Também queria dar relevo a um aspeto que tinha sido referido por um dos Vereadores do PS, que já não era o primeiro ano que se notava que, em muitos locais de Setúbal, havia infestações de baratas e de ratos em vários locais. Portanto, não eram zonas concentradas e isso não se passava havia muitos anos, até porque, segundo tinha conhecimento, a Câmara Municipal tinha mais cuidado em atacar esses problemas, nomeadamente com equipas próprias para o efeito.

Portanto, achava que tinham de ter cuidado com esse tipo de situações. (...) até estava em causa a saúde pública e pensava que a Câmara deveria fazer um esforço, porque, como tinha dito, isso tinha a ver um pouco com a imagem e com o brio que tinham em relação à cidade e ao concelho.

Sra. Vice-Presidente – Disse que queria explicar um pouco aos senhores Vereadores, relativamente às questões das pragas, como é que funcionavam. As nossas equipas não faziam diretamente esse trabalho. Portanto, não era nenhum serviço da Câmara que fazia diretamente esse trabalho, eram empresas contratadas para o efeito. A Câmara tinha, naquele momento, a decorrer um contrato, que tinha sido feito por três anos, com uma empresa para o fazer, porque estavam a falar de trabalhos muito especializados. Estavam a falar de trabalhos que mexiam com produtos e não tinham pessoas com formação para o fazer. Portanto, não o conseguiam fazer por administração direta, faziam-no através de um contrato.

A empresa que tinha feito naquele ano esse trabalho tinha sido a mesma que o tinha feito no ano anterior e no anterior a esse. O contrato terminava este ano e iriam lançar o procedimento em breve, para fazer por mais três anos. Portanto, relativamente ao trabalho da empresa, era, praticamente, o mesmo. Aquilo que se passava era que, efetivamente, este ano, tinham detetado que tinham tido um aumento relativamente às pragas. Isso tinha acontecido.

Esse “post” que tinha sido posto no Facebook cada um lia e interpretava como queria. A intenção tinha sido sensibilizar as pessoas para aquilo que eram cuidados que também deviam ter na via pública, porque, efetivamente, sabiam que, em relação a muitos cuidadores informais, normalmente de colónias de gatos, quando era deixada comida e não era recolhida da via pública, não eram só os gatos que se alimentavam dessa comida, mas, também, todos os outros tipos de animais, como, por exemplo, os ratos e as baratas, etc. Portanto, aquilo

que pediam aos cuidadores, não estando em causa a alimentação dos animais na via pública, era que colocassem os alimentos, mas, depois, os pudessem levantar após isso acontecer e que fossem cuidadores identificados.

Tinham um sistema de identificação desses cuidadores e prestavam apoio a esses cuidadores na medida do possível. Já tinha dito em algumas reuniões de Câmara que tinham de ter alguma organização, porque, efetivamente, muitas vezes, em determinadas zonas, havia várias pessoas em simultâneo a disponibilizar alimento aos animais e os animais não conseguiam dar vazão. Podia dizer que, uns anos atrás, tinham identificado sete pessoas diferentes a alimentar gatos no Largo da Misericórdia. Portanto, o que acontecia era que os gatos nem sequer já tinham disponibilidade para procurar alimento. O alimento acabava por ficar e, depois, eram as pragas que se vinham e que acabavam por saber que era ali que era disponibilizado.

Isso era uma coisa que podiam – a comunidade, em geral - tomar medidas para que isso não proliferasse. Era pôr o alimento e tirar ou, então, até evitar, de todo, dar a alimentação, porque, muitas vezes, era feita em excesso. O que tinham feito, perante essa questão, de, efetivamente, haver um aumento, que tinha sido detetado por eles, quer através de reclamações, quer através da observação da própria empresa. Aquilo que tinham pedido tinha sido que a empresa fizesse um reforço no âmbito do contrato, um reforço daquilo que que eram as suas intervenções.

Contrariamente ao que o Sr. Vereador Nuno Cruz tinha dito e que não estava escrito na informação, tinham uma planificação, porque a colocação desses produtos não podia ser feita de forma aleatória nem ao sabor das reclamações, porque, senão, eles não tinham efeito. Portanto, tinham uma planificação e, de x em x tempo, iam percorrendo as ruas e fazendo esse trabalho. O que acontecia era que, em determinadas alturas do ano, como o verão, tinham algumas reclamações e tinham de atuar. Portanto, não podiam fazer só profilaxia, tinham, também, que atuar.

Iria ter em atenção a indicação que o senhor Vereador tinha colocado, relativamente ao Casal das Figueiras, para pedir, então, também, uma intervenção extra, no sentido de se poder resolver, mas aquilo que podia dizer era que era um trabalho sistemático. A empresa estava no terreno sempre, todos os meses do ano, e, normalmente, até constava dos relatórios da informação do Sr. Presidente. Uma das coisas que vinha no relatório era o número de intervenções por freguesia que eram feitas nessa área. Portanto, nesses relatórios que iam para a Assembleia Municipal, constava, exatamente, quais eram os números de intervenções que eram feitas.

Era verdade que as alterações climáticas não tinham aparecido naquele dia nem no dia anterior, mas as consequências estavam à vista de todos e cada vez iam ser mais complexas. Negarem isso ou não encararem isso, da forma como costumavam ou como apreciavam ali essas questões, não era responsável, por exemplo, em relação às pragas das árvores, que era uma coisa que também era mencionada nessa notícia. Para que as pessoas pudessem ter noção do que acontecia, antigamente faziam, por exemplo, um tratamento para a processionária do pinheiro e era suficiente. Naquele momento, muitas vezes, tinham de fazer dois tratamentos, porque os animais apareciam em dois ciclos de vida, contrariamente àquilo que acontecia antigamente.

Achava que era muito importante poderem fazer essa sensibilização às pessoas, para que as pessoas pudessem compreender exatamente quais eram os problemas e qual era a melhor forma de os resolver. Efetivamente, esse tipo de pragas, consequência da falta de chuva e consequência do calor, efetivamente, tinha de ser combatido dessa forma. Era esse o trabalho que faziam diariamente.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que queria deixar umas pequenas notas. Uma primeira nota era sobre a Quinta da Parvoíce. Já tinha percebido que a Sra. Vereadora Patrícia Paz estava de serviço aos seus pelouros, porque fazia sempre perguntas em relação a eles. Era com muito gosto que tinha a senhora Vereadora de serviço aos seus pelouros. De qualquer maneira, queria só dar nota daquilo que tinham falado na reunião anterior. A senhora

Vereadora tinha perguntado como é que estava o realojamento da Quinta da Parvoíce (*“Foi o Joel? Pronto, então, afinal, estão os dois”*) e tinha informado que, no dia 11, iria acontecer o realojamento integral dos moradores da Quinta da Parvoíce e isso tinha acontecido, exatamente, no dia 11.

O que se tinha passado tinha sido que, na conta final, tinham tido 75 agregados que tinham sido realojados, num processo em que tinha havido alterações na composição dos agregados. Tinha entrado 11 agregados, que faziam parte da lista inicial identificada, mas não tinham documentação e não podiam estar no protocolo, e, entretanto, tinham resolvido o problema da documentação e tinham entrado no protocolo, e tinham saído 5 agregados, porque se tinham deslocado para fora do país e tinham abandonado o seu espaço e tinha havido, mesmo, duas pessoas que tinham falecido. Portanto, no cômputo geral, tinham ficado 75 agregados. 62 agregados estavam alojados em habitações, até haver a construção de novas habitações para o seu realojamento definitivo, e 3 agregados, dos quais um saía em agosto, estavam alojados na Residencial Setubalense. Portanto, tinha sido esse o quadro.

Entretanto, tinha-se selado o acesso à Quinta da Parvoíce e estavam a trabalhar para fazer, num prazo tão curto quanto possível, a demolição da quinta, daquelas edificações abarracadas. O grande problema que tinham, naquele momento, era que, como aquilo tinha, sobretudo na zona mais antiga, que era logo à entrada, sobretudo, barracas cobertas de telhas de amianto, tinha sido pedida autorização para a demolição do amianto e, depois, a Autoridade das Condições de Trabalho (a ACT) iria dar essa autorização. Estavam a tentar que fosse dada rapidamente, porque podia ser um mês, dois meses, três 3 meses. Iriam tentar que fosse rápido e que não fosse esse tempo todo, para garantirem uma demolição tão breve quanto possível, até porque, como tinha informado na reunião anterior, eles e o IHRU estavam a trabalhar para, depois, fazer a limpeza de todo o terreno e garantir o levantamento topográfico, para iniciar a construção de novas habitações ali, no início do próximo ano.

Portanto, era esse o quadro que tinham para a Quinta da Parvoíce. Deixava esse registo, porque considerava que era uma coisa muito importante o que tinha acontecido ali, sobretudo, porque tinha corrido de uma forma serena, de uma forma dialogada, de uma forma participada pelos moradores e, como os senhores Vereadores e as pessoas que estavam a ouvir tinham podido verificar, não tinha havido dramas, não tinha havido complicações, não tinha havido dificuldades de maior. Tinha havido, sim, uma concertação e uma articulação com os moradores que, com maior ou menor dificuldade, tinha levado ao seu realojamento.

Como sabiam, o realojamento tinha-se atrasado porque não havia casas no mercado e tinha sido difícil encontrá-las, mas tinha sido levado a bom porto e achava que tinha sido uma grande vitória para Setúbal, sobretudo uma vitória para as pessoas, que tinham deixado de viver em condições indignas. Essa era a principal vitória. O grande objetivo era retirar as pessoas daquelas condições indignas, mas também era uma vitória para o Município, que assim eliminava o último núcleo de barracas existentes no concelho. Portanto, queria deixar essa nota, tendo em conta que consideravam que era importante valorizar, também, os êxitos que iam tendo em situações difíceis como aquela.

Em relação a outras questões que tinham sido colocadas, iria rapidamente, telegraficamente, responder à primeira questão, que tinha que ver com os buracos na rua decorrentes das intervenções na rede de água, sobretudo, no abastecimento de água, de ruturas, etc., que ocorriam nos passeios, ocorriam na rua ou, então, de ligações prediais que, quando tínhamos as Águas do Sado a gerir, eram da responsabilidade dos proprietários. Tinha decidido, no regulamento, considerar que deviam ser os Serviços Municipalizados a fazer isso. Tinha assumido essa responsabilidade.

A senhora Vereadora tinha referenciado algumas situações dessas e podia dizer-lhe que tinham resolvido, entre 7 e 13 - não tinha o balanço de 13 a 19 - 164 situações dessas, das quais 117 tinham sido intervenções de pavimentação, pequenas pavimentações, e as restantes tinham sido intervenções em passeios e calçadas. Tinha, naquele momento, 93 situações para resolver. Portanto, tinham reduzido bastante o passivo que tinham, que tinham recebido das Águas do Sado, mas esse passivo não era fácil de resolver, porque todos os dias aconteciam coisas novas, também do mesmo género, e estavam, naquele momento, a

fazer um esforço, como tinha informado na reunião anterior, a fazer uma recuperação, para estabelecer, quando equilibrassem e recuperassem, um prazo - que, depois, diria qual seria - estimado para fazer a intervenção da resolução dessas situações.

Isso implicava, como também já tinha informado numa reunião, contratar empresas que trabalhassem ao metro quadrado. Como tinha explicado, não era fácil arranjar uma empresa que estivesse disponível para trabalhar ao metro quadrado ou ao metro linear de lancil, ao metro quadrado de calçada ou pavê ou ao metro quadrado de betuminoso. Portanto, não era um trabalho fácil, em vez de ter uma equipa em permanência nisso e não era qualquer empresa que pegava nisso. Portanto, não tinha sido fácil, mas tinham conseguido encontrar uma, depois, mais outra, temporariamente, mais outra, temporariamente, e estavam a ver se conseguiam encontrar o modelo de gestão desse processo que lhes garantisse uma maior eficiência na resolução dos problemas.

Em relação aos *"Big Bags"* tinham uma dificuldade, que era a seguinte: Vendiam *"Big Bags"*, eles e as juntas de freguesia, controlavam as obras para as quais vendiam *"Big Bags"*, mas havia uma unidade comercial que vendia *"Big Bags"* e que não controlava coisa nenhuma, portanto, as pessoas levavam os *"Big Bags"* e não sabiam que essas obras estavam a existir, eram obras privadas de pequena dimensão, em geral, e também havia uma outra empresa privada que estava no terreno, também vendia *"Big Bags"* e recolhia *"Big Bags"* e recolhia-os quando calhava. Portanto, isso queria dizer que tinham de recolher os *"Big Bags"* que vendiam, tinham que recolher os *"Big Bags"* que as pessoas compravam e que eles não sabiam que tinham comprado, para fazer obras que desconheciam, e, também, tinham que recolher muitas vezes os *"Big Bags"* da empresa que vendia os *"Big Bags"* e, depois, não os levantava. Iam levantar porque as pessoas queixavam-se que já tinha passado muito tempo - e lá iam eles.

Portanto, estavam a ver se conseguiam articular isso com a empresa e, até, com a unidade comercial que vendia *"Big Bags"*, para terem uma fonte comum de informação, senão escapava-lhes essa informação. De qualquer maneira, sempre que havia uma nota de que o *"Big Bag"* estava lá mais tempo iam. O que agradecia era que, sempre que houvesse, comunicassem, para ele ou para os serviços, diretamente, e rapidamente isso se resolvia.

A senhora Vereadora já tinha respondido em relação às participações, mas achava que havia mesmo alterações climáticas e quem não via isso não estava a ver bem a coisa. Naquele momento, em Portugal, estavam com 31 graus em Setúbal e deviam estar com 40 ou 45, se não fosse o anticiclone dos Açores. Portanto, naquele momento, a Europa toda andava nos 40, Itália e Grécia, 40-45 graus, para aí fora. Portanto, isso não era mesmo normal. Estavam com incêndios brutais no Canadá, incêndios brutais na Suíça – imagine-se! -, portanto, havia qualquer coisa que tinha mudado.

Em relação aos infestantes, aos animais infestantes, era normal que, com esse calor que tinha começado - não sabia se tinha acabado -, o calor tinha sido o ano inteiro. Portanto, aquilo que acontecia sazonalmente, com as baratas e outros e outros infestantes, que apareciam naquele período de agosto, setembro e tal, depois do calor, naquele momento não havia depois do calor, só havia calor. Portanto, isso queria dizer que a situação se tinha agravado bastante e isso tinha de ser percebido. Não era em Setúbal, era no país inteiro. Era só andar por aí, era do país inteiro.

Portanto, isso queria dizer que implicava também, da nossa parte, uma atenção particular a esse facto, mas era um esforço suplementar diferente daquilo que sempre tinham feito e era preciso que se percebesse que era um esforço suplementar diferente daquilo que sempre tinham feito, porque a situação também era diferente daquela que sempre tinham tido. Portanto, era bom que houvesse essa consciência.

Depois, queria dar nota de uma outra questão, que tinha que ver com pontuais acumulações de lixo junto aos ecopontos. Estavam com um problema muito complicado com a Amarsul. A Amarsul, além de levar muito dinheiro e de ter uma tarifa absolutamente absurda - como já tinha explicado, tinha aumentado 225 por cento -, era possível encontrar só na 5 de Outubro, no dia anterior, contentores que eram da Amarsul em que um estava recolhido, o outro não estava recolhido, o vidro estava recolhido o cartão não estava ou vice-versa. Tinha o vidro

completamente estoirado e ficavam dias, 2 dias, 3 dias, cheios de garrafas, a transbordar garrafas, etc.

Estavam a fazer um grande esforço junto da Amarsul para corrigir esses comportamentos, mas o que estava a acontecer era que esse tipo de comportamento levava, também, a que as pessoas acabassem por depositar fora. Então, que é que estava a acontecer? Estavam a fazer o trabalho de Amarsul. Estavam a criar equipas de recolha específicas, de carrinhas de caixa aberta, que iam a correr, atrás do trabalho da Amarsul, recolher o lixo que a Amarsul tinha deixado e não tinha levado. Portanto, queria deixar essa nota, porque mais tarde ou mais cedo iriam ter de voltar a falar da Amarsul, do tarifário e dessas matérias, na medida em que a situação da cidade, para quem tinha falado pouco antes e bem, que era uma cidade em que o turismo estava a crescer e estavam numa fase de grande visitação, naquele momento. Não era preciso visitação, bastava os que cá estavam, os que cá viviam. Tinham direito ao melhor e o que estava a acontecer, naquele momento, era que não tinham o melhor e pagavam mais do que seria necessário para ter o melhor.

Portanto, queria deixar essa nota e dizer que, sempre que encontrassem situações dessas, estava em permanência a recolher informação e ele próprio andava à procura de informação, no sentido de garantirem que os Serviços Municipalizados eram acionados de imediato, para garantir que a situação se resolvia e era possível fazer isso, como tinha dito, com equipas de emergência que estavam a tentar resolver esse assunto, até terem outro tipo de soluções, que tinham que ser conversadas e tratadas de uma forma consistente, porque tinham direito ao melhor, estavam a pagar pelo melhor e não estavam a ter o melhor. Portanto, era essa a questão que queria deixar, porque, seguramente, todos tinham verificado que acontecia isso em certas zonas da cidade.

Além do mais, também tinham uma situação particular, que era a questão dos maus cheiros e a questão da sujidade à volta dos contentores onde havia restauração. Portanto, havia um trabalho a fazer junto dos empresários da restauração, que tinha vindo a ser feito, mas o problema não eram os empresários da restauração. Tinham que encontrar uma solução distinta de recolha dos resíduos da restauração, para impedir que esses resíduos fossem para os contentores comuns. Portanto, era um assunto que estavam naquele momento a tratar e queriam ver se até ao final do ano resolviam esse assunto, de forma a garantir que houvesse um equilíbrio no depósito dos resíduos da restauração, que permitisse que esses resíduos não fossem ocupar em demasia os contentores que eram coletivos e, sobretudo, eram resíduos que criavam mau cheiro e que, caindo no chão, criavam sujidade, etc. Portanto, era importante resolver esse assunto.

Estavam a ponderar isso, a ver se encontravam uma solução diferente daquilo que tinha vindo a ser feito, para garantirem uma maior eficácia, uma maior qualidade, uma melhor higiene e limpeza na cidade.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que já tinham falado no tema das passeadeiras na reunião anterior da Câmara e tinham sido colocadas novas questões.

Era evidente que havia passeadeiras que precisavam de uma limpeza e tinha sido isso que tinha sido abordado na reunião anterior. Também tinha a ver com essas alterações climáticas, das temperaturas, de chover menos. A borracha não tinha a ver com a qualidade das tintas, como calculavam. A borracha dos carros, passando muitas vezes e não havendo chuvas, não havendo nenhuma ação que retirasse a gordura das árvores e da utilização, acabavam por ficar sujas.

O que estavam a fazer era identificar as situações que deviam ter uma limpeza urgente e organizar as equipas internas que pudessem fazer esse trabalho, sem pôr em causa os outros trabalhos de manutenção da cidade.

Sobre a viatura abandonada, admitia que não conhecia a situação. Não sabia se os serviços já tinham essa identificação. De qualquer forma, iria passar a informação aos serviços. Só gostava de dar nota que, de facto, a atuação da Câmara, nas viaturas abandonadas, embora parecesse que não era nenhuma, no ano de 2022 tinham sido retiradas cerca de 500 viaturas - chamadas viaturas em fim de vida - do espaço público e tinham um procedimento prévio



muito exigente e demorado. Ou seja, viam a viatura em fim de vida, depois tinham que identificar o proprietário, tinham que saber, através do registo de propriedade, quem era o proprietário. Por norma, tinham de recorrer às Finanças ou, eventualmente, à PSP, tinha que ser dado um aviso. Muitas vezes não se conseguia identificar o proprietário, tinha que ser feito um edital para deixar no automóvel. Tinha um prazo que, depois, tinha que ser garantido, para a eventualidade de querer retirar a viatura daquele lugar. E, depois, garantindo todos esses procedimentos, estavam em condições de fazer a remoção da viatura, que, obviamente, só se começava a operacionalizar depois de cumpridos todos esses prazos. Infelizmente, para além de o número de viaturas em fim de vida ser cada vez maior, eram cada vez mais abandonados no espaço público, os tempos e a eficácia para dar resultados evidentes era cada vez mais burocrático e mais difícil, para ser consequente naquilo que podia ser a manutenção nessa área de atividade.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que queria deixar um apelo que achava que era um apelo que, certamente, era partilhado por todos os que exerciam aquela função. Como era sabido, as reservas de sangue estavam numa situação muito preocupante. Era um problema central e estrutural, também, da oferta desse recurso.

O Centro Hospitalar de Setúbal estava particularmente com as suas reservas em baixo, num período em que, por razões compreensíveis, a necessidade tinha que exigir uma gestão muito rigorosa, e o apelo que queria deixar ali, em nome do executivo municipal - como dizia, aliás, o Vereador Vítor Ferreira, pensava que de todos os que compunham aquela Câmara -, o apelo que queria deixar, em nome da autarquia, era um apelo a todos os concidadãos munícipes, porque era um ato, de facto, acessível a todo e qualquer cidadão e que podia fazer toda a diferença na vida das pessoas e, portanto, à disponibilidade para poder realizar essa dívida de sangue, ao dirigir-se ao Centro Hospitalar de Setúbal, nomeadamente ao Serviço de Imunohemoterapia, que funcionava de segunda a sexta-feira, das 9 às 13 horas, e ao sábado, das 9 às 12 horas.

Pensava que era um apelo importante, relevante, e que, certamente, correspondia a uma necessidade e, também, era um apelo solidário a todos aqueles que tivessem essa disponibilidade.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que a Bancada do Partido Socialista evidentemente que se associava ao apelo do Sr. Vereador Pedro Pina. Aliás, falava em seu nome pessoal, porque não tinha falado com os meus camaradas, mas seria interessante os políticos (...) darem o exemplo e poderem fazer uma ação que pudesse ser utilizada como, até, uma campanha, em que eles próprios, Vereadores do Partido Socialista, Vereadores da CDU e Vereadores do PSD, pudessem dirigir-se todos ao local onde eram feitas as colheitas e pudessem dar esse exemplo a todos os setubalenses, também fazendo o ato simbólico deles. Estava muito à vontade para falar porque até não gostava de seringas, tinha muito medo de seringas.

Tinha pedido a palavra só para dois pequenos pormenores. Muitas vezes faziam intervenções e o Sr. Presidente até já se devia ter apercebido, fazia parte da sua forma de estar na vida, que gostava muito de utilizar o humor e achava que a política devia utilizar também um pouco do humor, porque fazia bem em todas as áreas, mas não tinha conseguido ficar mais bem-humorado com a intervenção da senhora Vereadora que tinha o pelouro do Ambiente. Não pela opinião dela, porque, certamente, depois da sua intervenção, certamente a opinião da senhora Vereadora seria contrária à dele e respeitava-a, mas tinha deixado um pequeno apontamento que não podia deixar passar, que tinha a ver, provavelmente, com os seus hábitos relacionados com questões ambientais.

Em primeiro lugar, desafiava a senhora Vereadora, numa próxima reunião, para ter tempo em casa para ver o vídeo, a identificar qual tinha sido a frase que demonstrava que ele tinha dito que não tinham preocupações, na bancada do Partido Socialista, com as alterações climáticas, porque quer a senhora Vereadora e, depois, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, tinham dado um toque sobre esse assunto. Era fácil, estava gravado, que vissem. Aquilo que tinha dito tinha sido - e era muito diferente - que as alterações climáticas existiam há pelo

menos, ou tinham sido identificadas havia mais de 30 anos - mas, pronto, iam só falar dos últimos 30 anos - e levantava uma questão: Se algo tinha sido identificado nos anos 90, como é que o executivo CDU vinha, naquele momento, em 2023, argumentar que o aumento das baratas na cidade de Setúbal derivava desse problema, porque estava havia 21 anos no executivo. O problema já vinha do anterior executivo, as alterações climáticas, e tinha seguido para aquele executivo. Ora, tinham tido 21 anos para planear, porque estava à vista de todos que havia muitas coisas que iriam que ter de ser alteradas.

A Vereadora Rita Carvalho também tinha mencionado a questão dos pneus. Era uma realidade, claro que sim, se chovia menos tinha de haver alterações ao nível da borracha que era deixada nas estradas. Era preciso cuidado, também, nas intervenções, porque preocupações ambientais tinham todos, acreditava ele. Particularmente, tinha muitas. Só tinha pena de uma coisa. Já que lhe tinha deixado uma picadelazinha, também lhe ia deixar uma. A única coisa que tinha pena, para além de todos os procedimentos que já fazia e do que tinha cuidado com o ambiente, era não ter uma viatura elétrica. Infelizmente, com o seu orçamento, ainda não lhe era possível, nem tinha a sorte de ter um município que lhe pudesse disponibilizar um.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que, no seguimento da intervenção do Sr. Vereador Carlos Rabaçal, nessa ajuda na deteção de buracos e outras situações, seria, se calhar, interessante fazer o que alguns municípios faziam, tinham uma aplicação onde qualquer munícipe podia sinalizar de imediato e era mais ágil e mais eficiente na resolução de certas situações. Pretendia, ainda, saber - porque tinha ficado por esclarecer - o porquê da obra da Rua Nova da Jardia, em Azeitão, estar parada.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, em relação à “app”, o Sr. Presidente da Câmara, se entendesse, explicaria isso, o que é que estavam a fazer nesse terreno. Em relação à Rua Nova da Jardia, era uma intervenção de substituição da rede de abastecimento de água para testes, para ver se estava tudo bem no que já estava feito e iria retomar a obra brevemente. Portanto, não havia nenhum problema com essa obra, fazia parte do andamento normal da obra.

Em Azeitão, em geral, estavam a lançar a terceira grande intervenção de substituição de rede de águas. Já tinham feito duas, a terceira vinha a seguir. Era um milhão e tal de euros nas três operações. Na primeira tinham sido sete ou oito ruas, na segunda tinham sido seis ou sete ruas e a outra iria ser, mais ou menos, dessa monta.

A rede estava bastante fragilizada, era muito antiga e não era de boa qualidade, tinha sido um período mau de construção. Tinham de ir testando a pressão conforme iam trabalhando. Tinham tido uma paragem para testes e iriam continuar. Portanto, a informação que tinha era essa e era uma informação que dava por boa, que se tratava exatamente disso e não de outra coisa qualquer.

Sr. Presidente – Disse que tinha sido um conjunto de questões que tinham sido levantadas pelos senhores Vereadores da oposição à maioria da CDU na Câmara Municipal. Embora sendo uma maioria relativa, era uma maioria que tinha ganho as eleições, a quem os setubalenses e os azeitonenses tinham dado essa maioria e tinham essa responsabilidade, de cumprir um programa que tinha sido apresentado às populações. Portanto, era esse o compromisso que tinham e, quando chegasse ao final do mandato, teriam, naturalmente, a obrigação de dizer aquilo que tinham feito, aquilo a que se tinham comprometido, as dificuldades que tinham tido e aquilo que não tinham tido condições, por razões, certamente, variadas, de não terem conseguido executar.

Viviam num município, numa cidade, que tinha mais de 120 mil habitantes e, portanto, tinham concentrações urbanas significativas. Todos os dias havia problemas que tinham a ver com a vida urbana. Todos os dias os serviços, os trabalhadores e os técnicos intervinham, faziam o seu trabalho, no sentido de dar resposta a todo um conjunto de questões. Naturalmente que nem sempre essa capacidade de resposta era aquela que seria a mais desejada, que era,

conforme as coisas aconteciam, de imediato serem resolvidas. Não havia essa capacidade, mas pensava que não era caso único. Que todos faziam um esforço para dar resposta a essas dificuldades não tinha dúvidas nenhuma.

Aliás, a qualificação da cidade ao longo desses 20 anos da gestão da CDU era reconhecida por todos, por aqueles que viviam cá e por aqueles que nos visitavam e, para além desses mais de 120 mil que cá viviam, havia não sei quantos milhares de pessoas que todos os dias vinham a Setúbal, para passear, para se divertir, para almoçar, para jantar, etc., ou seja, para usufruir aquilo que de bom Setúbal tinha e que tinha sido criado, em grande parte, ao longo desses 20 anos, não tinha sido antes. Aquilo que existia naquele momento, essa atratividade que Setúbal tinha, tinha sido criada ao longo desses 20 anos. Não estava a dizer que não se tinha feito nada no passado, não era isso que estava a dizer. O que estava a dizer era que aquilo que era a atratividade que a cidade tinha naquele momento, em grande parte, se devia ao trabalho que ali tinha sido desenvolvido, com dificuldades, sempre, não podia ser de outra maneira, mas, o que era facto, era que isso se devia ao trabalho ali desenvolvido.

Independentemente das opiniões que também cada um tinha e que expressava livremente, o que podia dizer era que continuavam a trabalhar. Faziam-no com as pessoas, tinha sido assim que tinham aprendido. Era uma experiência feita de trabalho com as pessoas, com as organizações, com o movimento associativo. Era assim que faziam todos os dias, e, portanto, também se podia dizer: *“Bom, mas esta pessoa, aquela organização, tem um entendimento diferente relativamente à forma como a CDU gere a Câmara Municipal”*, mas isso era normal. Portanto, estavam sujeitos, naturalmente, à crítica e à avaliação. A crítica era positiva, porque, também, todos os dias aprendiam com a crítica. Quando falavam com as pessoas aquilo que elas lhes diziam, naturalmente, que lhes servia para aprenderem. Era assim que iam construindo um futuro melhor para Setúbal.

Os senhores Vereadores tinham dado resposta, no essencial, às questões que tinham sido ali identificadas. Tinha sido tomadas notas, no sentido de poder resolver algumas das questões que foram identificadas ou verificar se ainda não estavam resolvidas. Portanto, era esse o trabalho que aprendiam a fazer e que continuariam a fazer. Naturalmente que, também, era por demais evidente que, naquele mandato, desde o início daquele mandato, tinham sido tomadas decisões que tinham alterado a forma de intervenção no espaço público e que tinham a ver com a descentralização que tinham feito para as juntas de freguesia.

No primeiro ano e meio, também tinha sido difícil para as próprias juntas de freguesia implementarem aquilo que era a sua experiência e o seu conhecimento, relativamente a essas responsabilidades da intervenção no espaço público, porque tinha sido necessário contratar pessoas e não era fácil nos tempos que corriam. Não era fácil contratar pessoas, trabalhadores para executar essas funções. Eram processos que na Administração Pública levavam meses e meses para resolver. Tinha sido necessário contratar equipamentos de intervenção pública, viaturas, etc., e, portanto, tudo isso tinha tido algumas dificuldades. Naquele momento, essas dificuldades estavam ultrapassadas em grande parte e, portanto, estavam numa fase de todos estarem em condições de desenvolver o trabalho como tinham aprendido a fazer, assumindo as responsabilidades.

Uma cidade e um concelho que, de facto, recebia todos os dias dezenas de milhares de pessoas que vinham a Setúbal e eram bem-vindas. Trabalhavam, exatamente, para promover Setúbal, tornando Setúbal uma notoriedade cada vez maior, que era reconhecida, também não havia muitas dúvidas sobre isso. Portanto, era necessário dar resposta a isso.

Naturalmente que também, porque tinham conhecimento dessa realidade e das dificuldades que tinham, também no que dizia respeito à nova lei do financiamento das autarquias locais tinham um papel muito importante da nossa experiência e da nossa realidade. Tinha chamado também a atenção aos senhores Vereadores para o facto de nessas situações, em que um município como Setúbal, em que mais de 50 por cento do seu território não tinha atividade económica e precisava, naturalmente, de ser preservado, que era uma responsabilidade que tinham e, portanto, a atratividade também se media por aí, era um município que, comparativamente com outras situações, tinha dificuldades, do ponto de vista financeiro, para



dar resposta às exigências duma cidade e de um concelho com a atratibilidade que Setúbal tinha.

Por isso, naturalmente que tinham, também, trabalhado nesse sentido, no sentido de que a nova Lei das Finanças Locais pudesse vir a ser alterada, no sentido de ter em conta essa especificidade do concelho, que não era único, mas entendiam que a atual Lei das Finanças Locais, que tinha acabado por nunca ser totalmente cumprida, o que era reconhecido também por todos, mas que uma nova Lei das Finanças Locais, que já tinha sido anunciada pelo Governo, pudesse vir a contemplar essa especificidade de municípios como o caso de Setúbal.

Naturalmente que também viviam num ano em que a transferência de competências da Administração Central para os municípios agravava, também, a situação de Setúbal. Achava que agravava, de uma maneira geral, a situação de todas as autarquias no país, mas, naturalmente, também se sentiam envolvidos nisso. Tinha, também, trabalhado em parceria, em muitos aspetos, com o Governo, com alguns membros do Governo, no sentido de, rapidamente, algumas dificuldades, designadamente no que dizia respeito a transferências financeiras que a Administração Central levava tempo a transferir para os municípios e que os municípios, com a situação financeira debilitada que tinham, naturalmente que estavam a substituir-se financeiramente à Administração Central.

Isso não se podia arrastar. Isso acontecia durante um mês, durante seis meses. Não se podia arrastar durante mais tempo, porque, senão, começavam, naturalmente, a ter dificuldades, também, em dar resposta àquilo que eram as exigências de quem tinha uma gestão autárquica como aquela que tinham.

No fundo, eram dificuldades grandes, que todos os dias sentiam, porque os técnicos lhes iam colocando essas dificuldades. Avaliavam-nas e, naturalmente, desenvolviam, também, o trabalho político que era necessário fazer, junto de quem tinha a competência de poder resolver ou ajudar a resolver essas dificuldades maiores.

Terminado o primeiro ponto de antes da ordem do dia entravam no segundo ponto. Pedia aos senhores Vereadores para apresentarem as moções e saudações que tinham trazido.

Sra. Vereadora Rute Perdigão – Leu as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 15 a 17:

*“Saudação
Aniversário União Desportiva e Recreativa das Pontes*

A União Desportiva e Recreativa das Pontes é saudada pelo seu 48.º aniversário, celebrado no passado dia 15 de julho. Destacou-se ao longo dos anos como um importante agente dinamizador cultural, não só para o concelho de Setúbal, mas especialmente para a freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra. O seu trabalho exímio em prol dos seus sócios e de todos aqueles que procuram o seu espaço é digno de reconhecimento.

A União Desportiva e Recreativa das Pontes tem sido um ponto de referência cultural na comunidade, promovendo eventos, atividades e iniciativas que enriquecem o panorama cultural da região. O seu compromisso em proporcionar momentos de lazer, entretenimento e formação contribui para a melhoria da qualidade de vida dos seus sócios e de todos os que usufruem do seu espaço.

Além disso, é com satisfação que destacamos a vitória da União Desportiva e Recreativa das Pontes na última edição das Marchas Populares de Setúbal. Esta conquista demonstra o talento, empenho e dedicação dos participantes, bem como a capacidade de transmitir a essência da cultura popular através da marcha.

Neste momento de celebração, gostaríamos de parabenizar a União Desportiva e Recreativa das Pontes pelo seu 48.º aniversário. Que continuem a ser um farol cultural na freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, inspirando e promovendo o desenvolvimento social e cultural da comunidade. O vosso trabalho é uma fonte de orgulho e uma inspiração para todos.”



“Saudação
Aniversário Associação Socorros Mútuos Setubalense

A Associação Socorros Mútuos Setubalense é saudada pelo seu aniversário, celebrando 135 anos de dedicação e compromisso em prestar cuidados de saúde e apoio social com excelência. Desde a sua fundação em 1888, a associação tem desempenhado um papel crucial na promoção da qualidade de vida dos seus associados e utentes, através de boas práticas e serviços de referência.

A Associação Socorros Mútuos Setubalense empenha-se em assegurar a satisfação dos seus associados e utentes, oferecendo cuidados de saúde e apoio social de qualidade. Através de uma organização estruturada e da colaboração de especialistas e profissionais dedicados, a associação procura garantir o bem-estar e o conforto daqueles que procuram os seus serviços.

Os valores fundamentais que norteiam a Associação Socorros Mútuos Setubalense e os seus profissionais são a inovação, renovação, compromisso, partilha, abrangência, dinamismo, formação, rigor e qualidade. Estes valores orientam um desempenho de excelência, com base no respeito pela dignidade humana e na responsabilidade social.

Neste momento de celebração, é importante reconhecer o impacto positivo que a Associação Socorros Mútuos Setubalense tem tido na comunidade setubalense ao longo dos anos. A sua dedicação em proporcionar cuidados de saúde e apoio social de qualidade é um testemunho do seu compromisso em melhorar a vida dos seus associados e utentes.

Que continuem a ser um exemplo de excelência, proporcionando serviços de saúde e apoio social que promovam o bem-estar e a qualidade de vida de todos aqueles que recorrem à vossa instituição.”

“Saudação
Aniversário Associação de Aikido do Sul

A Associação de Aikido do Sul é saudada pelo seu aniversário, celebrado desde 16 de julho de 1992. Ao longo dos anos, esta associação tem desempenhado um papel importante na promoção da prática desportiva do aikido, reconhecendo a sua relevância em todas as fases da vida. No entanto, destaca-se o impacto preponderante que essa modalidade tem na formação das crianças e dos mais jovens, proporcionando-lhes uma base sólida de princípios, bem como o desenvolvimento da consciência mental e do apelo à não violência.

Promove valores fundamentais que são essenciais para o seu crescimento pessoal e para a construção de um caráter sólido da comunidade como a autoconfiança e a serenidade.

A Associação de Aikido do Sul vai além das atividades desportivas com caráter competitivo e lúdico. Organiza e participa em diversas atividades de âmbito cultural e recreativo, proporcionando aos seus associados, experiências enriquecedoras e momentos de convívio. Essas iniciativas complementam a prática do aikido, promovendo uma vivência holística e equilibrada.

Neste momento de celebração, é importante reconhecer o trabalho e o empenho da Associação de Aikido do Sul em promover essa modalidade e os seus benefícios para a comunidade setubalense. A dedicação em criar um ambiente propício ao crescimento e ao desenvolvimento dos praticantes merece aplausos e admiração.

Que continuem a inspirar e transformar vidas através da prática do aikido, contribuindo para o desenvolvimento integral dos seus praticantes e enriquecendo a vida desportiva, cultural e recreativa da comunidade.”

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos registados sob os n.ºs 18 a 22:



“Saudação
Aniversário da Associação de Aikido do Sul

A Associação de Aikido do Sul assinalou o seu 31.º aniversário no passado dia 16 de julho. Fundada em 1992, celebra 31 anos de atividade e contributos para o desenvolvimento desportivo e prática da modalidade de aikido na nossa região.

Para a Associação, a qual tem enquanto associados dojos do sul do país, incluindo o AAS-Dojo do Vitória, a prática desportiva desta modalidade é importante em diversas fases da vida. Contudo, tem uma especial relevância na formação das crianças e jovens, contribuindo para o seu desenvolvimento global, através dos princípios e valores inerentes à sua prática.

Com origens no Japão, o aikido adapta técnicas praticadas em antigas artes marciais, umas de luta corpo a corpo, outras onde se fazia uso de armas, contudo não é praticado enquanto luta. Nele estuda-se o desequilíbrio, a não-resistência, a relação com o centro próprio e o centro do atacante, tendo por base a análise da atenção, olhar, respiração, atitude, entre outros.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Aikido do Sul, reconhecendo o seu importante contributo para o desenvolvimento desportivo e cultural da região, através da promoção da prática desportiva do aikido, difusão dos princípios e valores inerentes à mesma e do apoio prestado aos dojos associados, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação
Aniversário da União Desportiva e Recreativa das Pontes

Fundada em 1975, a União Desportiva e Recreativa das Pontes assinalou o seu aniversário no passado dia 15 de julho.

A coletividade, que este ano foi a grande vencedora do concurso das Marchas Populares de Setúbal, celebra 48 anos de contributos para o desenvolvimento cultural e desportivo do concelho de Setúbal.

A sua atividade tem como objetivo promover o convívio, a prática desportiva, o desenvolvimento de competências e capacidades, a inclusão e a cultura.

A União Desportiva e Recreativa das Pontes desempenha um importante papel para a promoção do bem-estar e qualidade de vida na freguesia onde se insere, mas também em todo o concelho de Setúbal, promovendo a prática de modalidades como o futebol, o BTT, a pesca e o kickboxing e eventos de cariz lúdico e recreativo, de forma a fomentar os laços entre a comunidade e a continuação de tradições, valorizando a colaboração e a criação de sinergias com outras entidades.

O movimento associativo constitui-se, desta forma, como um parceiro fundamental do poder local para o desenvolvimento global dos territórios, para o fortalecimento da democracia e incentivo à participação cívica.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a União Desportiva e Recreativa das Pontes, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação
Aniversário da Associação de Socorros Mútuos Setubalense

A Associação de Socorros Mútuos Setubalense assinalou o seu 135º aniversário no passado dia 15 de julho.

Fundada em 1888 com o objetivo de colmatar as necessidades das classes trabalhadoras, nomeadamente no acesso a cuidados de saúde, a A.S.M.S continua a desenvolver um importante trabalho junto daqueles que se encontram em especial situação de vulnerabilidade, através da sua atividade de caráter social.



A A.S.M.S é uma solução indispensável para garantir uma autoproteção social, o acesso a cuidados de saúde e à ação social. Na sua intervenção, oferece aos seus associados serviços clínicos, nas áreas do diagnóstico e reabilitação física, e serviços sociais, tais como o Centro de Dia, o Serviço de Apoio Domiciliário, a Cantina Social e a Loja Amiga.

Para além dos diversos serviços que oferece, é membro ativo da comunidade e do movimento associativo setubalense, atuando em parceria para a concretização de importantes atividades e eventos, de forma a contribuir para o bem-estar e qualidade de vida da população. Exemplo destas parcerias, são eventos como as Jornadas para o Envelhecimento Ativo, as quais decorreram durante este ano, com o objetivo de promover a adoção de estilos de vida mais saudáveis e o envelhecimento ativo.

Reconhecendo o importante trabalho desenvolvido para a promoção da qualidade de vida e bem-estar das populações, assumindo essa responsabilidade e compromisso, tendo por base o respeito pela dignidade humana e a responsabilidade social, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Socorros Mútuos Setubalense, órgãos sociais, associados e trabalhadores, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação

Vitória Futebol Clube participa no Athletics Youth Meeting

O Vitória Futebol Clube participou no Athletics Youth Meeting, organizado pelo SL Benfica, que se realizou no dia 11 de julho, na Pista de Atletismo do Parque de Jogos 1.º de Maio, da Fundação INATEL.

No certame, que se destina a atletas dos escalões de Juvenis e Juniores, sendo também dinamizadas provas oficiais para os escalões de Infantis, Iniciados, Sub-23 e Séniores, os atletas vitorianos obtiveram excelentes resultados.

Pedro Afonso venceu a prova de 100 metros, estabelecendo um novo recorde distrital de juvenis, com 10,76s. No escalão de infantis, Carlota Calado alcançou o 2º lugar do pódio na prova de 150 metros e no escalão de juvenis, Sara Mendes estabeleceu um novo recorde pessoal nos 300 metros, tendo sido a 6ª classificada. Na prova de salto com vara, no escalão de juniores, Laurinda Moreira tornou-se recordista distrital com 3,20m, superando os recordes distritais dos escalões de júnior e sénior.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Vitória Futebol Clube, os atletas e treinadores pelos resultados obtidos, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Vitória Futebol Clube conquista Campeonato Nacional de Kickboxing

O Vitória Futebol Clube participou no Campeonato Nacional de Kickboxing 2023, o qual se realizou no primeiro fim-de-semana de julho, no Centro de Desportos e Congressos de Matosinhos.

Nesta prova, em que participaram cerca de 1000 atletas, em representação de 150 clubes, os atletas vitorianos obtiveram excelentes resultados.

Daniel Kostyuk sagrou-se Campeão Nacional no escalão -84 kg/Júnior, Maxim Lilyk e Savelie Para sagraram-se vices campeões nacionais nos respetivos escalões, +69kg/Juvenil e -47 kg/Iniciado, e João Afonso conquistou o 4.º lugar no escalão -52kg/Juvenil.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Vitória Futebol Clube, os atletas e equipa técnica pelos resultados obtidos, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

Sr. Vereador Joel Marques – Fez a seguinte intervenção: “Não é uma saudação escrita, mas é uma data que nós não queremos deixar passar em claro. Foi em 19 de julho de 1344, ou seja, faz hoje, precisamente, 679 anos, quase 7 séculos, decorridos desde a criação da 1.ª

paróquia de Azeitão, que marcou o processo de autonomização deste território face a Sesimbra e o nascimento de Azeitão, enfim, numa configuração ainda um pouco distante daquela que nós, hoje, conhecemos, mas um processo de autonomização que nos pode fazer dizer, que nos pode levar a dizer que hoje, efetivamente, é o aniversário de Azeitão e, portanto, deixar, apenas, essa breve nota.”

Sr. Vereador Nuno Cruz – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 23:

*“Voto de Pesar
Falecimento de Luís Patrão*

Luís Patrão nasceu a 2 de dezembro de 1954, na Covilhã e faleceu aos 68 anos, no domingo, dia 16 de julho.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Luís Patrão dedicou a sua vida à causa pública, tendo um notável percurso profissional, cívico e político, no Partido Socialista, na Juventude Socialista e em diversas áreas da sociedade.

Era membro do Conselho de Administração da LISNAVE desde 2018, uma empresa de elevada relevância para a dinamização do tecido empresarial e desenvolvimento económico e sustentável da região de Setúbal, promotora da captação de novos investimentos para o concelho e responsável pela criação de centenas de postos de trabalho, que dão resposta às famílias setubalenses.

Desempenhou, ao longo das últimas décadas, relevantes funções políticas, nomeadamente enquanto deputado às II e VIII Legislaturas, Chefe dos Gabinetes dos Primeiros-Ministros dos XIII e XVII Governos Constitucionais e Secretário de Estado da Administração Interna entre 1999 e 2000.

Exerceu o cargo de presidente do Turismo de Portugal desde 2006 a 2011, tendo sido responsável pela criação do Turismo de Portugal I.P., na sequência da bem-sucedida fusão de quatro entidades (Instituto de Turismo de Portugal, Direção-Geral de Turismo, Instituto de Formação Turística e Inspeção-Geral de Jogos), dando origem a uma única Autoridade Turística Nacional, um organismo moderno e estruturado, dotado de recursos à altura da sua missão, ágil como uma entidade empresarial e transparente como um serviço público de nova geração. Durante o seu mandato, foi responsável pela implementação de políticas públicas que transformaram e impulsionaram o turismo nacional e regional e que contribuíram para o reconhecimento nacional e internacional do Turismo de Portugal I.P.

No seguimento do seu falecimento, a diversas entidades pelas quais passou partilharam o reconhecimento pelo seu profissionalismo, sentido de responsabilidade e compromisso, pelo trabalho que desenvolveu e pelo legado que deixa, não só para a construção e afirmação do turismo em Portugal, mas também para a modernização e desenvolvimento do país.

Todos aqueles que tiveram a oportunidade o conhecer, lembram Luís Patrão como um homem discreto e generoso, uma referência de inteligência, argúcia, serenidade e bom senso.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam à família enlutada, aos amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência, as mais sentidas condolências.”

Disse que os vereadores do Partido Socialista propunham um minuto de silêncio.

O Sr. Presidente pediu e fez-se um minuto de silêncio.

Sr. Vereador Pedro Pina – Apresentou a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 24:



*“Saudação
Associação de Socorros Mútuos Setubalense*

A Câmara Municipal de Setúbal saúda a Associação de Socorros Mútuos pelo seu 135º Aniversário, assinalado no passado dia 15 de julho.

Fundada em 1888, tem tido um papel muito importante no concelho de Setúbal, em particular nas áreas da saúde e social, assumindo o compromisso de prestar cuidados a todos os seus utentes, pautando-se por valores como a dignidade social e o respeito pela vida humana.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça aos órgãos sociais da Associação de Socorros Mútuos Setubalense os sinceros parabéns, e votos de que continuem a desenvolver o bom trabalho que tem sido desenvolvido ao longo destes 135 anos.”

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 06/2023 - Reunião ordinária de 22 de março de 2023

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita

2. Projeto da Ata n.º 07/2023 - Reunião extraordinária de 30 de março de 2023

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita

3. Deliberação n.º 830/2023 – Proposta n.º 35/2023 – GAP – Empreitada – CLPQ 04/2020 – “Museu de Setúbal - Recuperação do Convento de Jesus - Alas Norte e Nascente” - Ratificação do despacho do Presidente da Câmara de 12/07/2023, sobre o pedido de revisão extraordinária de preços

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 25 a 27.

Sr. Presidente – Disse que tinha sido apresentado pela empresa que desenvolvia a obra um pedido de revisão extraordinária de preços. A fiscalização da obra e os técnicos da Câmara Municipal emitiram um parecer contrário a esse pedido, designadamente, tendo em conta o não cumprimento dos preceitos legais relativamente a esse pedido. Tendo em conta o prazo para a emissão daquele parecer, terminava no passado dia 17, houve um despacho e o que se trazia naquele dia ali era um pedido de ratificação desse despacho.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



4. Deliberação n.º 831/2023 – Proposta n.º 36/2023 – GAP – Contratação para “Aquisição de viatura de lavagem de contentores” para os Serviços Municipalizados de Setúbal - Autorização prévia para assunção de encargos plurianuais decorrentes desta contratação - Delegação de competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 28 a 32.

Sr. Presidente – Disse que o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, avaliando a situação, no que dizia respeito à lavagem de contentores de superfície, fez um estudo, uma avaliação, e concluiu que em termos de custos era preferível fazer a aquisição de uma viatura de lavagem de contentores, do que continuar a fazer a contratação da prestação daqueles serviços, que era demonstrada nos documentos que estavam na proposta.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 832/2023 – Proposta n.º 37/2023 – GAP – Acordo de colaboração para a cedência de espaços no âmbito da jornada mundial da juventude

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 33 e 34.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 833/2023 – Proposta n.º 38/2023 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do “Projeto de Alterações Industriais na ASCENZA Agro, S.A.” - Freguesia do Sado

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 35 e 36.

Sr. Presidente – Disse que os técnicos que elaboraram aquele parecer fizeram uma avaliação, que pensava ser clara, sobre o que estava ali em causa e, salientavam a questão de aquela proposta ser baseada no PDM em processo de revisão. E, portanto, seria nessa condição que aquele projeto poderia ser assumido, e por isso o parecer da Câmara Municipal era um parecer favorável, condicionado, naturalmente, à aprovação e publicação do Plano Diretor Municipal.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



7. Deliberação n.º 834/2023 – Proposta n.º 39/2023 – GAP – Moção Solidariedade com o Povo Sarauí

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 37.

Sr. Presidente – Disse que embora fosse um texto longo, pediu que os senhores Vereadores ouvissem a leitura daquele texto, porque achou que se justificava ler o texto na íntegra sobre aquele processo da libertação daquele povo e, da importância de haver solidariedade com aquele povo.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que os Vereadores do Partido Socialista, relativamente à Moção de solidariedade apresentada para como o Povo Sarauí, afirmaram a necessidade de uma solução política justa, duradora e mutuamente aceitável que permitisse a autodeterminação do povo do Saara Ocidental, no quadro das negociações lideradas pela ONU, das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e dos princípios da Carta das Nações Unidas. Reconheciam o empenho do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, em relançar a MINURSO, com a nomeação de um enviado pessoal do Secretário-Geral, que ao fim de ano e meio em funções ainda não conseguiu visitar o território ocupado do Saara Ocidental, por impedimento das autoridades marroquinas.

Apelaram a que todas as autoridades colaborassem com as instâncias internacionais na observância dos Direitos Humanos e, na perseguição da paz.

Recordaram que durante o mandato dos governos socialistas, Portugal manteve um diálogo aberto, equidistante e equilibrado sobre a questão do Saara Ocidental com todas as partes, incluindo com o Reino de Marrocos, com representantes da frente Polisário, bem de como outros estados da região, reconhecendo o papel histórico e atual da União Africana na promoção de uma solução política para aquele conflito. Tendo passado mais tempo desde que o plano de autonomia de Marrocos tinha sido apresentado do que entre o cessar-fogo e a apresentação do plano, os vereadores do PS consideraram ser importante que as partes se comprometessem em apresentar soluções realistas, sérias e, credíveis, tendo em vista a realização de um referendo para a autodeterminação do Povo Sarauí, e do território do Saara Ocidental.

Deu nota que no sétimo parágrafo da Moção, onde se lia: *“a Câmara Municipal de Setúbal reuniu, em abril passado, com o representante da Frente Polisário em Portugal, assumindo o compromisso de dar voz às reivindicações do povo Sarauí”*, que a Câmara não podia assumir. Só naquele dia, objetivamente, se iria deliberar e à data não estava mandatada para esse efeito.

Por fim, os Vereadores do PS iriam votar favoravelmente a Moção, afirmando a solidariedade para com todos os povos: *“que sonham, lutam e anseiam, pela sua autodeterminação, pela sua liberdade e pela paz, que vai desde o povo de Kiev, passando por Taipé, Tibete Uígures e tantos outros. Fazer sentir a todos os povos que ainda estão a lutar pela autodeterminação que estamos solidários com as suas lutas e, a necessidade imperiosa de paz”*.

Sr. Presidente – Disse que não tinha sido a Câmara, tinha sido o Presidente da Câmara. Já tinha emendado, naturalmente, que não tinham sido os senhores Vereadores que tinham estado na reunião, a reunião tinha sido pedida ao Presidente da Câmara, e tinha recebido, naturalmente, e decorria daí essa questão.

Portanto, não era a Câmara, mas era o Presidente da Câmara Municipal.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



8. Deliberação n.º 835/2023 – Proposta n.º 05/2023 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “Lallemand Portugal”

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 38 e 39.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 836/2023 – Proposta n.º 392/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à renovação do licenciamento Microsoft - Concurso Público n.º 11/2020/ DAF/DICOMP/SECOMP

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 40 e 41.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 837/2023 – Proposta n.º 02/2023 – DCTUR/DITUR – Projeto “Enoturismo – Um mosaico de experiências” – Participação financeira à Rota de Vinhos da Península de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 42.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 838/2023 – Proposta n.º 03/2023 – DCTUR/DITUR – Pavilhão Enogastronómico - Feira de Sant’iago 2023 - Taxa de participação

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 43.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não se tratava de uma questão sobre a proposta, era uma nota e um pedido de alteração à sua formulação.

Reconheceram o sucesso que o Pavilhão Enogastronómico teve, já noutros anos, principalmente na edição do ano anterior e perceberam, também, a necessidade de criar uma taxa de participação que permitisse diversificar o público, que permitisse que mais pessoas tivessem a oportunidade de poder participar naquele pavilhão, fazer a sua refeição, assistir ao “showcooking”, e, portanto, entenderam aquilo quase como um parque, ou seja, era uma tentativa de rotatividade das pessoas que acediam àquela experiência.

Aquilo que entenderam que era infeliz na formulação da proposta era no último parágrafo considerar que para além de diversificar, se pretendia selecionar o público com a taxa de participação.

É que selecionar público com base numa taxa de participação significava excluir aqueles que não tinham capacidade para pagar essa taxa, e, portanto, sugeriu que a palavra selecionar fosse retirada da proposta, porque não lhe parecia que fosse de todo esse o intuito, tinha sido uma formulação infeliz, mas não lhe parecia que devesse constar num documento aprovado por aquela Câmara.



Sr. Presidente – Disse que tendo em conta o que atrás estava dito, ficaria:” *assim propõe-se o pagamento*”.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que: “*assim, de forma a diversificar diariamente o público*”, era só mesmo retirar a palavra “*selecionar*”. Naquele contexto acabava por ter uma conotação que não era aquela que se pretendia.

Sr. Presidente – “*Assim, de forma a diversificar diariamente o público*”. Confirmou e agradeceu ao senhor Vereador.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

O Sr. Presidente ausentou-se da sala de sessões, ficando a Sra. Vice-Presidente a presidir a reunião.

12. Deliberação n.º 839/2023 – Proposta n.º 396/2023 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste direto n.º 185/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços para contratação de artistas, backline e equipamentos vídeo no âmbito da Feira Santiago 2023 - Abertura - Ratificação de adjudicação

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 44 a 47.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que com o consentimento da senhora Vice-Presidente, que momentaneamente exercia as funções de dirigir os trabalhos, referiu que aquela proposta era uma proposta que vinha confirmar a proposta que na penúltima reunião da Câmara já ali trouxeram.

Na altura, as bancadas, levantaram algumas questões, que pensou que teriam de alguma forma sido clarificadas, e ficou o compromisso para que aquele processo, no que dizia respeito à edição de 2024, pudesse ser considerado, mas tratava-se da confirmação do procedimento que já ali tinham aprovado e era naquele sentido que traziam agora aquela mesma proposta.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse ser só um pequeno pormenor, mas que para eles era importante. Tal como na proposta anterior, em que fizeram um pedido de alteração, iam fazer igualmente, no sentido de corrigir o nome do evento, estando “*Feira de Santiago*” escrito da forma como estava, não estava correto, e pediram para corrigir nos dois locais para “*Feira de Sant’Iago*”, da forma como devia ser escrita, e como estava na proposta anterior e bem.

Sra. Vice-Presidente – Pediu aos serviços para procederem à correção relativamente àquela proposta.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

Nesta altura dos trabalhos regressou à sala o Sr. Presidente.



13. Deliberação n.º 840/2023 – Proposta n.º 113/2023 – DCDJ/DICUL – Aprovação do projeto de alteração ao Regulamento Municipal do Concurso “Marchas Populares de Setúbal”

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 48 a 50.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que aquela proposta resultou do compromisso assumido pelo executivo municipal junto das entidades, era um processo que pelos imperativos formais exigia um conjunto de procedimentos, nomeadamente, do tempo de aprovação, quer no quadro da reunião da Câmara, quer o período de discussão pública, quer posteriormente à respetiva reaprovação em reunião da Câmara de aprovação em Assembleia Municipal.

Era um processo que acima de tudo considerava a importância e a forma relevante com que o executivo municipal continuava a encarar as Marchas Populares de Setúbal, percebiam a divergência e, os pontos de vista diferentes, mas acima de tudo, pensava que, na verdade, era muito mais aquilo que era comum, e o que era comum pensava ser a valorização de todo o movimento associativo e aquilo que era a manifestação que as mais diferentes instituições davam às Marchas Populares.

O anterior regulamento era um regulamento que se considerava necessário ser reajustado, foi um processo iniciado com o convite a todas as entidades que nos últimos 10 anos participaram no certame, foi ainda convidado, por parte da Câmara Municipal, um conjunto de personalidades, de protagonistas, que ao longo dos últimos anos, de alguma forma, também estiveram envolvidos e podendo dessa forma dar os seus contributos, para a construção daquele regulamento.

Aquela ainda era uma primeira fase, e, portanto, ficava durante o período da discussão pública a oportunidade para que todos os que entendessem dar os seus contributos, fazer as alterações, sendo que à cabeça se considerava como absolutamente relevante os contributos, alguns deles que, entretanto já estavam considerados, outros que pudessem ser considerados e inscritos naquele mesmo regulamento por parte das entidades, que eram elas também as principais interessadas, sobretudo na aclaração e na limpeza que seria necessário fazer daquele regulamento.

Portanto, era naquele sentido que se punha à consideração a aprovação do projeto, tratava-se ainda de um projeto de alteração do regulamento de concurso público, para entrada em discussão pública de 30 dias, de acordo com a respetiva lei.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que aquela proposta introduzia, efetivamente, alguns ajustes ao regulamento que estava em vigor. Portanto, trabalharam sobre uma base que já era conhecida, quer de todos eles, quer também das entidades que normalmente participavam no certame. De todos os ajustes que eram propostos, havia dois que entendiam que mereciam uma intervenção. Um destaque que lhes parecia positivo, a redação do antigo artigo 7.º, atualmente artigo 8.º, que deixava de referir a possibilidade de as marchas terem uma madrinha e/ou um padrinho, mencionando a possibilidade de terem dois elementos que apadrinhassem a marcha. Parecia-lhes uma alteração importante, era uma redação mais inclusiva, e, portanto, era algo que consideravam trazer um ponto positivo, fase ao regulamento que estava em vigor.

Já no que respeitava o antigo artigo 17.º, o atual artigo 18.º, as sanções, sabiam que no calor das marchas, no calor do desfile, muitas vezes se reproduziam por excesso, determinados comentários, abusivamente e, enfim, eram comentários pouco felizes - pouco felizes já para ser simpático -, que eram ditos ou publicados nas redes sociais.

No entanto, aquela nova redação, parecia-lhe que acrescentava um caráter algo censório ao próprio regulamento. Era excessivo, era desproporcionado, porque a redação atual já permitia aplicar as sanções que se considerassem necessárias, àquilo que eram ofensas, aliás, olhando para aquilo que era o regulamento, já era permitido aplicar sanções aos atos que se



consideravam suscetíveis de perturbar o bom desenrolar do concurso, bem como de constituir ofensa à dignidade ou integridade de qualquer entidade, mandando-se instaurar um inquérito.

Isso parecia-lhes uma redação razoável e que enquadrava perfeitamente aquilo que se queria que fosse a urbanidade que decorria no concurso entre todos os intervenientes, fossem os organizadores, fossem aqueles que avaliavam, fossem aqueles que participavam e, portanto, criar ali uma alteração que induzisse a uma eventual penalização ou instauração de um inquérito, ou havendo uma ofensa à dignidade e integridade de qualquer entidade participante, júris, organização, independentemente do meio utilizado, era estar a aprofundar e a escarpelizar aquilo já previsto no atual regulamento, e que parecia vir criar um constrangimento quase censório aquilo que era a liberdade de expressão, que como já tinha tido oportunidade de dizer, era muitas vezes extravasada, e todos concordariam que não o deveria ser, mas ainda assim esse travejamento podia perfeitamente ser enquadrado naquilo que era a redação atual.

Sr. Vereador Pedro Pina – Agradeceu ao senhor Vereador Joel Marques pelos contributos. Solicitou que lhes fizesse chegar aquela sugestão. De qualquer modo, não era aquele o momento. Compreendia as suas palavras e, não havendo nenhuma questão que se considerasse no âmbito do querer coartar a liberdade de expressão, achava uma vez mais, que era importante para quem exercia aquelas funções, fosse quem fosse, havia o dever e o respeito pelos órgãos institucionais, fosse no exercício das funções da responsabilidade direta de quem governava, fosse não tendo essa responsabilidade mais direta. Achava que era importante, naquele momento, o respeito que os órgãos também deviam exercer por essa condição, porque achou poderem ser todos penalizados.

Portanto, compreendia muito bem ao longo daqueles últimos 10 anos, o que era o calor das emoções, o que eram as afirmações gratuitas por um resultado que se pudesse, mais ou menos, considerar injusto, mas também não era menos importante que devia ficar salvaguardado que, mesmo no calor das emoções e nos resultados que se pudessem considerar mais ou menos injustos, que havia limites e tinha de haver limites até para não ferir aquilo que de mais saudável o próprio evento devia ter. Pensava que, se calhar, sobre isso havia um caminho e uma discussão que naquele período, que era o período de nojo que se ia entrar, e, portanto, ainda a uma grande distância da edição 2024, que era importante que aquilo devesse ficar salvaguardado. Compreendiam bem o que era trabalhar durante meses a fio, com empenho e esforço e não sentir esse reconhecimento, mas também era importante quem exercia funções dos órgãos não poder permitir que a ofensa, a calúnia e, às vezes a inverdade, fosse perpetrada de uma forma que achava que acima de tudo beliscava o próprio evento em si.

Com isso, não descorava a possibilidade de encontrar uma redação que, deixando salvaguardado aqueles mesmos aspetos, pudesse ser considerada a ter uma discussão ampla que também seria novamente remetida às respetivas instituições, e, pediu que lhes fizesse chegar.

Deu uma nota final. Naquele ano, aquele episódio que agora se via consagrado naquela proposta de regulamento tinha acontecido, como era bem-sabido. E, quando discutiam o que se discute e o que é que não se discute, era bom que ficasse claro uma vez mais, que sem prejuízo das diferenças, efetivamente tinham discutido.

Transmitiu a todos que aquela questão, tinha sido uma questão que, sabendo que existia omissão no regulamento tinha sido discutida por todas as marchas, havendo só uma que efetivamente tinha colocado reservas sobre aquela possibilidade e o entendimento daquela Câmara Municipal que acompanhava, naturalmente, aquilo que era a própria sociedade, tinha sido que havendo essa consensualidade generalizada deviam acolher aquela diferenciação que tinha passado a haver e que, agora se refletia na inscrição daquele novo regulamento, e que achava que acompanhava também os tempos em que viviam.



Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não tinha referido na sua intervenção inicial, mas naturalmente, que fariam chegar as sugestões. Não só aquelas que lhes pareciam merecer um debate mais aprofundado, mas também outras, tal como tinham feito na discussão de outros projetos de regulamento.

Compreendia a necessidade de impor limites, todos compreendiam. Aquilo que entendiam era que a redação que existia já impunha esses mesmos limites. Não aprofundava tanto, não fazia uma referência às entidades participantes, júris, organização, independentemente do meio utilizado, mas já dizia de forma muito clara que qualquer ato suscetível de perturbar o bom desenrolar do concurso, bem como de constituir ofensa à dignidade e integridade de qualquer entidade, portanto, qualquer entidade estavam todos, já era passível de instauração de um inquérito, portanto, dos procedimentos que se pudessem desenrolar a partir daí, e que não eram alterados na nova redação.

Portanto, a nova redação aquilo que fazia era aprofundar aquilo que entendia como as entidades que se pudessem sentir ofendidas na sua dignidade, ou integridade, bem como aprofundar aquilo que eram os meios, que eram suscetíveis de causar esse dano à dignidade, ou à integridade. A única diferença de opinião era que o senhor Vereador Pedro Pina entendia que se devia aprofundar aquela proposta de regulamento. Entendia que se devia aprofundar e escarpelizar aquela questão, eles entendiam que a redação atual já previa as sanções necessárias, já previa as condições em que essas sanções podiam ser aplicadas e que, portanto, esse aprofundamento não seria necessário, mas fariam naturalmente chegar a proposta deles.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, obviamente, sem prejuízo de ser àquela Câmara que competia deliberar sobre aquela matéria, e sem prejuízo da responsabilidade que também tinham, pensava que as partes mais interessadas eram, de facto, os protagonistas e, portanto, sobre isso achava que também havia uma palavra a ouvir de quem tinha essa componente, mas, achava que até podiam fazer uma discussão prévia ao resultado final da audição pública e, depois para uma versão final, fazerem esse processo mais conclusivo.

Sr. Presidente – Disse que como era proposto aquele projeto de regulamento ia estar em discussão pública 30 dias, e, portanto, havia a possibilidade de todos darem o seu contributo para melhorar e aperfeiçoar aquela proposta.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD, e 4 abstenções, do PS.

14. Deliberação n.º 841/2023 – Proposta n.º 114/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio à Festa de Nossa Senhora da Saúde – 2023

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 51 e 52.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 842/2023 – Proposta n.º 213/2023 – DURB/DIPU/GAP – Reconhecimento do estatuto de Potencial Interesse Nacional do projeto “Navigator Green Fuels Setúbal” - Processo n.º 847/23

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 53 a 59.



Sr. Presidente – Disse que aquele valor 1.053 milhões de euros não estava inscrito naquela lista de investimentos que tinha anunciado no mês anterior, para que ficasse registado. Até porque era um pouco superior ao valor global que tinha referido àquele que era 1.200 milhões de euros. Era para que ficasse registado, para quem procurava tantas vezes dizer onde é que estava o investimento, para que não houvesse dúvidas e, não houvesse confusão, é que aquele estava fora daquilo que tinha anunciado.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 843/2023 – Proposta n.º 214/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de Topónimo – Travessa do Mel

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 844/2023 – Proposta n.º 215/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de Topónimo – Travessa Gaspar Corte Real (Navegador – Sec. XV)

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 845/2023 – Proposta n.º 216/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de Topónimo – Rua Matilde Rosa Araújo (Escritora – 1921-2010)

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 846/2023 – Proposta n.º 217/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de Topónimo – Rua Papoila-das-Searas)

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 63.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



20. Deliberação n.º 847/2023 – Proposta n.º 218/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de Topónimo – Rua da Besuga

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 64.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 848/2023 – Proposta n.º 219/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de Topónimos – Rua Capuz de Frades; Rua Papoila-das-Praias

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 65.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 849/2023 – Proposta n.º 220/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de Topónimos – Ruas dos Combros; Rua do Castro da Rotura (Sítio Arqueológico da Serra de São Luís)

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 850/2023 – Proposta n.º 221/2023 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de Topónimo – Rua da Energia

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 67.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 851/2023 – Proposta n.º 222/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura - Obras de reconstrução - Processo n.º 135/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



25. Deliberação n.º 852/2023 – Proposta n.º 223/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do pedido de informação prévia para construção de um edifício de habitação coletiva - Processo n.º 11/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 69.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 853/2023 – Proposta n.º 224/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de alteração da edificação existente e construção de novo edifício, para uso misto de habitação e comércio - Processo n.º 66/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70.

Sr. Presidente – Disse que naquele dia eram só grandes investimentos, estavam a crescer.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 854/2023 – Proposta n.º 225/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção para a reabilitação e reconstrução da cobertura da edificação de edifício habitacional - Processo n.º 104/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 71.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

28. Deliberação n.º 855/2023 – Proposta n.º 226/2023 – DURB/GAPRU – Informação prévia favorável condicionada, sobre viabilidade de demolição e construção de um edifício de habitação coletiva e comércio - Processo n.º 50/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 72.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 856/2023 – Proposta n.º 227/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 13/22

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 73 e 74.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Miguel Lourenço – Fez a seguinte intervenção:

“Vitor Oliveira, maquinista da CP por 40 anos. Combinei com ele, e teria todo o prazer, e a necessidade dele próprio explicar o projeto, porque ele é o autor. Mas lamentavelmente o seu estado de saúde é muito mau, e, mesmo com toda a boa vontade não foi possível que estivesse presente. De qualquer modo tenho outras considerações a fazer, mormente os desenvolvimentos conseguidos até ao presente, sendo de destacar uma missiva da União Europeia, em que louva o projeto relativamente às finalidades ambientais, no ponto de vista de que o comboio é, de facto, o paradigma da União Europeia, para a sustentabilidade no ponto de vista de ser o transporte menos poluente, e com menos outros fatores negativos da conservação da natureza. Essa missiva enviei ao senhor Presidente. Também foi requerido pela União Europeia que se apresentassem os projetos dessas paragens do comboio que foram construídas, que é visível, há fotografias. Lamentavelmente ainda não existe a resposta das Infraestruturas de Portugal, na pessoa do senhor Vice-Presidente, senhor Engenheiro Carlos Fernandes, mas foi já solicitada. Seria de destacar realmente, que tudo o que é inovação tem sempre as dificuldades da compreensão, e este tema já foi muito bem tratado senhor filósofo, no sentido em que realmente só se pode transmitir uma nova ideia se apagarem as anteriores, e tenho visto, realmente nesta atividade, esta atividade que é uma missão cívica, que desempenho com toda a dignidade e, pretendo objetivos e finalidades que não são de outra natureza se não a de servir a população, um comboio não é um interesse pessoal, nunca será, e, portanto, a questão estará nesse esclarecimento. Esse parágrafo dessa carta, louvando a atitude, a necessidade e o paradigma que a própria União Europeia segue, e que está estabelecido nas diretivas todas, portanto, (...), e para esse apoio seriam necessários aqueles esclarecimentos que não dispomos. Tem sido quase impossível aceder a um projeto, já pedi, também, ao Vale do Tejo que disponibilizasse esse projeto, e, portanto, esta necessidade está fundamentada, num projeto concebido por um profissional do caminho de ferro, que é o meu vizinho, já foi explicado da outra vez e não há que repetir.

Hoje almocei com um industrial, aqui da região, que está muito interessado, e que vê utilidade e, portanto, fazendo (...), a importância do conhecimento está na sua utilidade. Portanto, estamos a colecionar este conhecimento, para conseguir o desiderato que é ter o serviço com este enquadramento, de ter as construções feitas.

Reparei hoje, por exemplo, que a Lagoa Palha, já não tem a cobertura que foi colocada de algumas toneladas, não daria para meter no bolso e, portanto, aquilo são já grandes organizações, que estão organizadas para destruir.

É um pouco esta situação, gostaria de apresentar o meu vizinho, mas de facto isto não é possível dado o estado de saúde dele e, portanto, senhor Presidente, o que eu peço é que inclua na sua estrutura de missão, ou crie, se faz favor, uma estrutura de missão para este objetivo, porque terei muito gosto em dar “apports”, e não é com intuitos, não quero ser Vereador, nem quero ser político, só quero o serviço, agora no meu fim de vida, quer queiramos ou não, será muito mais curto dado à idade, e, portanto, era só um serviço social, que me orgulho de prestar.

Portanto, estou ao dispor, trouxe estes contributos, já enviei a sua carta, não sei se chegou? Também temos um abaixo-assinado muito mais atualizado, a partir do que construí, das pessoas que assinaram o abaixo assinado, não fui eu que construí, foi construído, e, portanto, está muito mais atualizado. Peço ao senhor Presidente que crie uma estrutura de missão quer com técnicos, com políticos, seja o que for, senão não vamos a lado nenhum, e é uma riqueza que não se discute. Acho que não disse aqui, esta informação é nova, tive num almoço da Lisnave, de ex-colaboradores da Lisnave, e estava lá a engenheira Cláudia Spengler que era a filha do ex-Presidente da Lisnave, que faleceu e eu fui ao funeral, e realmente ela ficou muito motivada, e até o irmão que estava ao lado.

Para além das pessoas, dos passageiros, não esquecer as mercadorias.

Este amigo com quem almocei também ele está integrado neste projeto dos 100 milhões de euros, ele fornece o transporte. Todos os transportes para montar aquelas estruturas que são

de imensa quantidade. E também sugeri até, à própria engenheira Cláudia Spengler, que se disponibilizasse por aluguer ou por outra forma qualquer, que tivessem acesso às docas que estão abandonadas na Margueira. Em Viana do Castelo para a grande produção de energia eólica offshore, e no país não existem docas tão grande, e tão disponíveis, estas estão abandonadas é só reparar a comporta, e as bombas, acho que seria acessível, uma vez que iria trabalhar no projeto do Bahrain, estou até um bocado dentro destas questões.

Portanto, há um conjunto de “apports”, não são opiniões, eram fundamentados, e, pedia ao senhor Presidente, que dado à importância do assunto, que fizesse o favor de criar uma estrutura uma estrutura de missão, com técnicos, com o que entender, era um pedido, podia fazer sugestões.

Ainda relevo mais um aspeto importantíssimo que é, toda a estrutura urbanística da Península de Setúbal foi construída junto às paragens do comboio. Isto é, do conhecimento comum, fez-se a demonstração, e, portanto, querer agora introduzir o transporte das 7 irmãs, e com autocarros comprados na Alemanha, não colide com a realidade.

Na Lagoa da Palha vai passar um autocarro por dia, e isso serve para quê? para a gente ver passar uma coisa amarela”.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 21 horas e 45 minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 8 de novembro de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 42 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por: Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por: Ana Paula Lico

Revista por: Paulo Hortênsio